

Cultura do encontro e ano da misericórdia



Encontro do papa com jovens dependentes químicos (Rio de Janeiro)

03 O papado reformável

João Décio Passos

13 A eficácia da misericórdia

Luiz Alexandre Solano Rossi

21 Os eixos do perdão: lembrar, esquecer e perdoar e a catequese para a misericórdia

João da Silva Mendonça Filho, sdb

29 A missão presbital para uma Igreja em saída e a superação da autorreferencialidade eclesial

Dom Pedro Brito Guimarães

41 Roteiros homiléticos

Aíla Luzia Pinheiro Andrade, nj
Celso Loraschi

164 págs.



PARA ENTENDER O

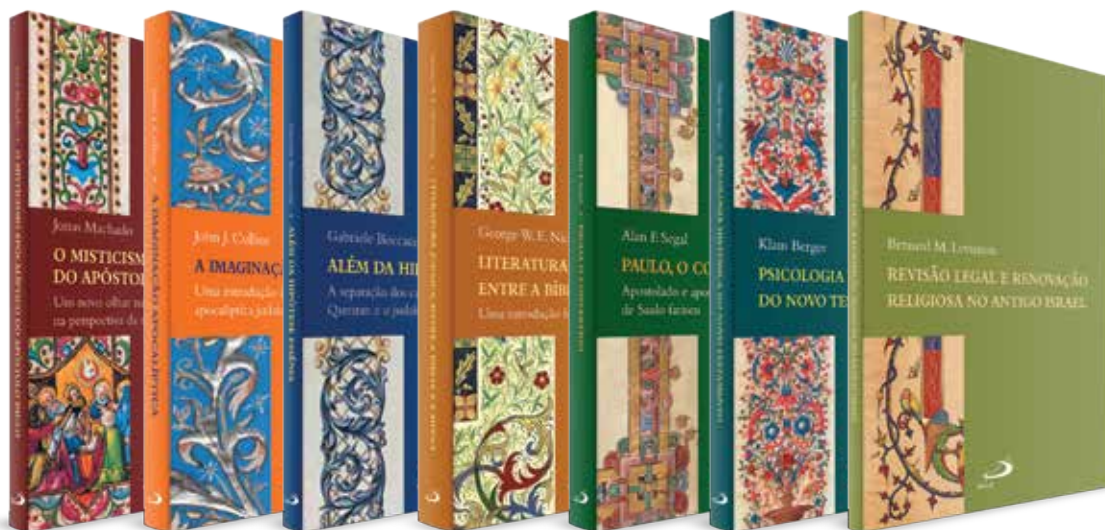
ANTIGO TESTAMENTO

O Antigo Testamento

Explicado aos que conhecem pouco ou nada a respeito dele

Jean Louis-Ska

Nem sempre é possível compreender o sentido dos textos bíblicos. Às vezes, é necessária a familiaridade com a linguagem, a cultura e a mentalidade da época. Por isso, este livro oferece instrumentos para a leitura das Sagradas Escrituras, partindo de perguntas simples: Que é o Antigo Testamento? Quem escreveu os livros da Bíblia? Quem foi encarregado de reuni-los? Ideal para iniciantes nos estudos bíblicos.



Coleção Academia Bíblica

A coleção Academia Bíblica reúne títulos que se debruçam sobre diversos campos dos estudos bíblicos e teológicos. Escritas por alguns dos mais renomados teólogos e especialistas na história da Bíblia, as obras desta série constituem leituras essenciais para estimular o debate na área dos estudos bíblicos e contribuem para a formação de estudantes, teólogos, sacerdotes e interessados.

PAULUS,
dá gosto de ler!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br



O futuro *da Fé*

Que configuração a fé cristã deverá assumir no século XXI? Com o ritmo acelerado das mudanças globais e diante do aparente ressurgimento do fundamentalismo, o Cristianismo poderá sobreviver como uma fé viva e fecunda? Tais questões são exploradas neste livro de Harvey Cox que é, ao mesmo tempo, autobiográfico, comentário teológico e história da Igreja.



296 págs.

PAULUS,
dá gosto de ler!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br


PAULUS



FILOSOFIA

FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO - FAPCOM

1º curso de graduação no Brasil a integrar Filosofia e Comunicação

O curso de **Filosofia** da **FAPCOM** é aberto a leigos e seminaristas, sendo enriquecedor para ambos. Por ser ministrado em uma faculdade de comunicação e interfacetado com os cursos dessa área, é o que melhor atende as diretrizes da Igreja para que a formação sacerdotal e religiosa inclua habilidades comunicativas.

A formação para a comunicação é um desafio atual da Igreja diante das muitas mudanças que se constata em uma sociedade cada vez mais midiática.

“A finalidade dos estudos, no Seminário Maior, é formar pastores e proporcionar ao futuro presbítero a competência necessária à pregação fiel do Evangelho e a eficácia comunicativa adequada ao diálogo com o homem contemporâneo.”

(CNBB, Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil — Diretrizes Básicas).

Inscrições abertas
VESTIBULAR 2016

fapcom.edu.br/vestibular

Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação
Rua Major Maragliano, 191 | São Paulo | SP | 04017-030
www.fapcom.edu.br | 0800 709 8707

ESPECIFICAÇÕES DO CURSO



Bacharelado
Curso reconhecido
MEC/2015



Licenciatura
Curso autorizado
MEC/2013

VENHA CONHECER A FAPCOM

Nossa infra-estrutura conta com:

- Salas de aula equipadas com recursos audiovisuais;
- Biblioteca com mais de 50 mil volumes;
- Estúdios de Rádio, TV, Fotografia e Multimídia.



Caros leitores e leitoras,

Graça e paz!

Em sua fala de conclusão do Sínodo sobre a Família, o papa Francisco ressaltou que “o primeiro dever da Igreja não é aplicar condenações ou anátemas, mas proclamar a misericórdia de Deus, chamar à conversão e conduzir todos os homens à salvação do Senhor”. O anúncio, a misericórdia, a Igreja em saída, a alegria do evangelho, a atenção às periferias geográficas e existenciais, o esforço de renovação da Igreja têm marcado o atual pontificado e podem ser resumidos na expressão “cultura do encontro”, muito cara ao papa.

Em seu ministério, de maneira intensa, Francisco tem exortado toda a Igreja à cultura do encontro – não apenas com os membros da instituição, mas com pessoas afastadas e segmentos diversos da sociedade. Constata-se que o papa tem favorecido muito o reencontro da Igreja com o mundo e cativado setores resistentes ou que a rejeitavam. Por exemplo, o filósofo italiano Gianni Vattimo, em recente entrevista à imprensa de seu país, afirmou que “Francisco me reconciliou com muitos aspectos da Igreja”. De forma semelhante, vemos personalidades ou setores da imprensa anticlericais e ateus alcançados pela cultura do encontro e pela disposição ao diálogo do papa Francisco comentarem e ressaltarem positivamente suas palavras e atitudes e ser cativados por elas.

A misericórdia à qual o papa anima a todos por meio do Jubileu passa pela cultura do encontro. Por muitos anos, na Igreja ressaltou-se mais o remédio do rigor que o da misericórdia: condenações; posturas intransigentes; enfoque quase obsessivo em temas que causam irritação e fortes rejeições; códigos morais estritos. Ficaram em

segundo plano ou até meio esquecidos os aspectos cativantes do Evangelho: a misericórdia, a capacidade de perdoar, reintegrar e não excluir ninguém, demonstradas por Jesus no Evangelho.

Com a liderança do papa Francisco e com o Jubileu da Misericórdia, a Igreja tem oportunidade extraordinária de renovar sua aptidão para ser misericordiosa como o Pai, para cativar, perdoar e reintegrar, ajudando assim o mundo – dilacerado por competição, ódio, intolerância, divisões, barreiras e exclusões – a ser mais misericordioso e inclusivo. Não sejamos nós, cristãos, a criar e favorecer barreiras, e sim a ajudar a diminuí-las.

Lembremos, no entanto, que o papa sozinho não faz a Igreja. Francisco, como resalta João Décio Passos em seu artigo a seguir, é fruto maduro do Vaticano II e de sua recepção na América Latina. Levou ao papado a experiência da colegialidade vivenciada na periferia do mundo, a prática da Igreja dos pobres e com maior participação efetiva dos leigos. Desde o período de eleição do papa, fala-se em reforma da Cúria Romana, mas o que Francisco tem reformado em primeiro lugar é o papado, com gestos, atitudes e iniciativas concretas que permitem maior colegialidade e diálogo franco com toda a Igreja e o mundo. O próprio papa, em sua forma de liderança e de ministério, tem procurado suscitar um “caminhar juntos” de forma gradual. A institucionalização e efetivação das reformas e renovações dependem, portanto, não só dele, mas também de todo o episcopado, do clero e de todo o povo de Deus.

Pe. Jakson de Alencar, ssp
Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Diretor Pe. Claudiano Avelino dos Santos
Editor Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP
Conselho editorial Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Claudiano Avelino dos Santos, Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Darci Marin
Ilustrações internas Luís Henrique Alves Pinto
Editores Fernando Tangi

Revisão Tiago José Risi Leme, Caio Pereira e Iranildo Bezerra Lopes
Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • FAX: 3789-4011
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br
www.paulus.com.br / www.paulinos.org.br
vidapastoral.com.br

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista Vida Pastoral é distribuída gratuitamente pela Paulus. A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

Fax: (11) 3789-4004

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para: Revista Vida Pastoral – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Praça Dom Adauto, S/N
Junto à Cúria – Centro
(83) 3221-5108
joao Pessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 20/22
Barris
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluiz@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



O papado reformável

João Décio Passos*

O papa Francisco é um fruto maduro da primavera conciliar. Sua vida eclesial sintetiza os propósitos conciliares. Vindo do “fim do mundo”, distante dos mecanismos de autopreservação próprios das instituições tradicionais e das grandes burocracias, apresenta-se livre para fazer a “reforma inadiável” da Igreja, inclusive a reforma do papado.

Uma reforma do papado está em curso e se apresenta também como um projeto do atual pontificado. De fato, as posturas do papa Francisco permitem dizer que o papado já não é mais o mesmo; está modificado simbólica e institucionalmente. Por certo, no interior da aguardada reforma da Cúria Romana, o papado passará por reformas diretas ou indiretas, uma vez que está intimamente ligada a essa estrutura, ao menos do ponto de vista do seu exercício operacional. Mas, até bem pouco, falar em reforma do papado tratava-se de algo quase proibido. Desnecessária ou incômoda, uma reforma do papado não passava de “bravata” de teólogos avançados, sem qualquer efeito concreto nos poderes instituídos da Igreja, que seguiam seu curso rotineiro sem maiores crises. A renúncia de Bento XVI, com suas causas já conhecidas, e a escolha do novo papa trouxeram à tona a necessidade de uma reforma da Cúria Romana, e mesmo da Igreja como um todo. O Papa Francisco a verbalizou de modo bastante espontâneo desde a sua posse em março de

*Doutor em Ciências Sociais e livre docente em teologia. Professor do Departamento de Ciência da Religião da PUC-SP e do Instituto São Paulo de Estudos Superiores. É autor de diversos livros, entre os quais *Concílio Vaticano II – Reflexões sobre um carisma em curso* (Paulus). E-mail: jdpassos@pucsp.br



2013 e, de modo oficial, na sua Exortação programática *Evangelii gaudium*.

Uma reforma do papado toca obviamente no centro visível da Igreja católica, no cerne da eclesiologia católica, que entende a Igreja de modo indissociável do papa, e na organização institucional dela. Trata-se, por essas razões, de uma reforma de grande alcance e de grande complexidade para a tradição e para o governo da Igreja, o que provoca reações diversas, seja dos que anseiam por um papa desvestido de poder político e próximo do povo, seja para os que enxergam no Pontífice um poder sagrado quase transcendente, que se expressa politicamente na autoridade absoluta e esteticamente no triunfalismo e na pompa ritualística.

Qualquer reforma que venha acontecer ou que, em certa medida, já esteja acontecendo não somente se sustentará pela teologia do serviço – concretamente do serviço do testemunho e da unidade –, mas também pelo princípio da colegialidade, retomado pelo Vaticano II. As posturas de Francisco já expressam, de fato, esses dois fundamentos. Porém, um governo colegiado, que supere as várias formas de centralismo congeladas no exercício do papado, ainda aguarda suas expressões estruturais. Francisco tem, de fato, acolhido os temas não concluídos ou evitados pelo Concílio, dentre os quais a reforma da Cúria. É verdade que, para os defensores de uma eclesiologia pré-conciliar, centrada na figura do Papa que foi retomada nas décadas posteriores ao Concílio Vaticano II, a reforma do papado se apresenta como um terrível paradoxo: uma vez que a autoridade suprema está disposta a fazer a reforma, restaria unicamente aos bispos aderir a ela, sob pena de praticarem a infidelidade explícita ou o cisma disfarçado. O fato é que hoje o papado se apresenta dentro e fora da Igreja

como reformável. Eis o ponto zero do que poderá acontecer de mudança no exercício e na concepção do ministério petrino exercido pelo bispo de Roma.

1. O papado irreformável

Para certas visões muito assentadas sobre o ministério papal, falar em reforma do papado pode ser uma heresia que atenta contra a Igreja, senão contra o próprio Cristo. Seria modificar aquilo que Cristo instituiu para a sua Igreja e para ela desajou. Essa teologia do papado edifica-se sobre a ligação direta da compreensão, da prática e da figura atuais do papa com as referências bíblicas a Pedro, sem qualquer recurso à história do papado e de suas sucessivas compreensões e construções. Essa retrojeção é recorrente nas

instituições religiosas, na medida em que se apresentam como portadoras fiéis dos princípios fundadores e, por conseguinte, de uma identidade permanente e estável, que não sofreu nem sofrerá mudanças. Tratar-se-ia, no caso, de um fundamentalismo papal, postura que dispensa o exame dos textos bíblicos e do processo histórico, e se rege por uma fé ingênua, fundada mais na imaginação que na verificação dos dados. A fé exige, ao contrário, que se busquem, por meio da razão, os seus modos de expressão. Há, por certo, nessa postura um ingrediente psicológico muito confortável ao relativismo reinante na sociedade atual: conforto ao desamparo individual que clama por autoridade, por segurança perante as dúvidas e por símbolos identitários definidos, atitudes que salvam das dispersões e dispensam a autonomia da escolha pessoal. As quebras de protocolo por parte do papa Francisco foram vistas por muitos como dessacralização do papado. O termo *dessacrali-*

“O papado é o resultado ocidental de organização dos papéis de liderança cristã, em nome de um carisma preservado que se liga ao próprio Jesus Cristo.”



zação é emblemático: indica uma concepção de papado ligada a um modelo histórico monárquico, quando o sagrado, em oposição ao profano, estruturava a vida política e religiosa e distinguia ontologicamente as pessoas sagradas das demais, profanas. Posturas como essas afirmam que o papado é irreformável, embora estejam sempre fixadas em determinado modelo teológico, datado no tempo e no espaço.

Como se sabe, a partir do Concílio Vaticano I uma concepção e, ao mesmo tempo, a prática do papado adquiriram total centralidade na Igreja. Indo além do que, de fato, definiu o Concílio, o papa passa a ser o centro da Igreja e uma espécie de bispo universal, sem dizer da prerrogativa da infalibilidade que, na prática, se estende cada vez mais para todos os pronunciamentos papais. A recepção do Vaticano I cristalizou essa visão eclesiológica de uma *Igreja do papa, e não de um papa da Igreja*, e, por conseguinte, de um poder central que coordena todos os aspectos da vida eclesial e dispensa e rejeita as identidades eclesiais locais. Para essa visão, a decisão e a orientação do papa constituiriam a palavra única e definitiva que dispensaria até mesmo a convocação de um Concílio. O que no passado era atribuição dos Concílios seria, desde o Vaticano I, prerrogativa do papa. Nessa visão, não caberia reforma no papado. E, ao que parece, nem mesmo um papa poderia reformar o papado, apenas executar a sua missão segundo a doutrina e a função já estabelecidas. Apesar das evidências históricas da construção do papado e da eclesiologia conciliar, essa visão ainda persiste dentro de setores da Igreja católica. A ilusão de um poder absoluto e imutável oferece, por certo, seguranças à sociedade pluralista e mesmo para uma Igreja feita de diversidades: o papa personificaria uma imagem sólida para os tempos líquidos e expressaria uma verdade certa para a cultura relativista. Qualquer reforma viria a ser um risco à estabilidade e provocaria insegurança.

Alívio para o sofrimento e a depressão

O papel da compreensão e da fé

James F. Drane



Um dos grandes desafios da vida contemporânea é descobrir como lidar com a dor, o sofrimento, a ansiedade e a depressão. Intervenções médicas e psiquiátricas oferecem alívio por algum tempo, mas não uma resposta de fato. O autor, valendo-se de seu vasto conhecimento da natureza humana e de sua competência nas áreas da psicologia, filosofia, literatura, arte e religião, mostra que a compreensão e a fé podem ter um papel potente no alívio de todas as espécies de sofrimento e depressão, em qualquer indivíduo.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





O Vaticano II depara-se com essa eclesio-
logia “papocêntrica” e com ela travará uma
disputa, na busca de uma Igreja de comu-
nhão, traduzida em seu governo pelo princi-
pio da colegialidade. No entanto, as orienta-
ções conciliares não foram traduzidas efetiva-
mente em um modo de governo da Igreja no
qual o papa exercesse um governo colegiado,
na condição de *primus inter pares* (cf. LE-
GRAND, 2013, p. 71-86). Não
somente o Vaticano II, mas tam-
bém o papa João Paulo II e, de
modo claro e insistente, Fran-
cisco falam em reforma do pa-
pado, sem dizer do testemunho
da própria história desse minis-
tério, que tem sua fonte de sen-
tido no apóstolo Pedro. É o que
se verá nos próximos itens.

**“Em nome de um
carisma original,
o papado se
fez e adquiriu
formas variadas
no decorrer da
história.”**

2. A palavra da história

O papado é uma construção histórica in-
dissociável da história do Ocidente. Do pon-
to de vista institucional e teológico, encaixa-
-se no processo de racionalização que cons-
trói as mentalidades e as práticas políticas
ocidentais no longo percurso temporal que
se arranca do encontro das tradições greco-
-latinas e judaico-cristãs até a chamada mo-
dernidade (cf. NEMO, 2005, p. 59-82). Esse
dado histórico-social revela em seu bojo as
dinâmicas propriamente cristãs: as sucessivas
leituras do carisma cristão, feitas nos diversos
tempos e espaços e que nesses contextos vão
construindo/transmitindo a tradição. O cris-
tianismo compôs a sua história como desdo-
bramento de suas fontes e assim edificou-se
em seus modos de expressão e de organiza-
ção. Como sistema religioso baseado na fé na
revelação de Deus na história, tem suas pecu-
liaridades no tocante ao processo de racio-
nalização. Antes de tudo, há que preservar algo
de original acolhido como oferecido pelo
próprio Deus em uma dupla dinâmica: a)
como um tempo contínuo, na medida em

que a revelação de Deus é salvação sempre
presente e se realiza como graça acessível
pela fé; b) como um tempo primordial que se
torna regra para o tempo presente e, portan-
to, se distingue desse e se institui em tradi-
ções canônicas. A consciência de historicida-
de combina com a experiência de salvação
em cada tempo e lugar e cria a experiência da
transmissão do passado no presente, da re-
cepção do carisma no presente e,
portanto, de sucessivas constru-
ções históricas que afirmam ser a
transmissão fiel do passado. O
cristianismo racionaliza-se – ins-
titucionaliza seus padrões dou-
trinais, rituais e organizacionais
– como movimento de fidelida-
de, transmissão e concretização
de seu carisma fundante. É esse
elo que rege sua evolução histó-

rica e legitima suas ações no presente. As
igrejas são o resultado desse processo históri-
co. O papado é, por sua vez, o resultado oci-
dental de organização dos papéis de lideran-
ça cristã, em nome de um carisma preserva-
do que se liga ao próprio Jesus Cristo, que
delega aos seus apóstolos uma missão e entre
esses, uma missão própria a Pedro.

Nesse sentido, o papado funda-se no *ca-
risma petrino*, segundo as narrativas dos
Evangelhos. A Pedro foi designada a função
de dirigir a Igreja e confirmar os irmãos na fé,
Pedro aparece exercendo essa função nos
Evangelhos sinóticos (Mt 16,18-19, Lc
22,32), em João (21,15-17) e nos Atos dos
Apóstolos (2,14-36). O papado é uma ins-
titucionalização desse carisma e, em nome
dele, foi sendo configurado entre todas as
controvérsias com o Oriente e, de modo
frontal, com a Reforma Protestante. A histó-
ria das controvérsias é longa e complexa, im-
possível de ser tocada neste pequeno texto. O
fato é que, em nome de um carisma original,
o papado se fez e adquiriu formas variadas
no decorrer da história. A primazia do bispo



ção do Vaticano I, em um novo contexto, o segundo Concílio, teve que conciliar duas cosmovisões políticas e eclesiais: a de uma Igreja definida pela sua hierarquia e de uma Igreja definida como comunhão do conjunto dos batizados. O primeiro modelo trazia no seu topo o papa, desde o qual se definiam todos os rumos da Igreja, sendo os bispos uma espécie de coadjutores do bispo universal. Aliás, esse modelo entendia ser desnecessário o próprio Concílio, tendo em vista a centralidade eclesial absoluta do governo papal e que trazia no seu núcleo a própria infalibilidade papal. Uma concepção maximizada da centralidade do papa na Igreja. O segundo modelo, gestado nas décadas anteriores ao Concílio Vaticano II e com raízes bíblicas e na tradição antiga, entendia o papado como uma função exercida na colegialidade episcopal: não há papa sem os demais bispos e é somente nessa comunhão que o papado é exercido e somente assim se pode falar de primado do bispo de Roma.

Esses dois modos de pensar o papado se confrontaram nas sessões conciliares e tiveram que produzir uma orientação conciliada que fosse capaz de preservar a teologia do papado em sua essência, conforme havia formulado o Concílio anterior, e resgatar a colegialidade episcopal como constitutiva da herança apostólica e do governo da Igreja universal. A teologia da colegialidade ganhou evidência e foi formulada como princípio fundamental que possibilitou a colocação do primado petrino do bispo de Roma e da autoridade apostólica de todos os bispos como práticas complementares de um único corpo eclesial. As dimensões universal e local da Igreja, a unidade e a diversidade se completam, então, de modo circular no exercício concreto de um consenso de fé e, em termos práticos, em modos de organização dos governos eclesiais.

Contudo, se em termos teológicos pri-

mado e colegialidade constituem, desde então, dimensões de um mesmo exercício da tradição apostólica, em termos organizacionais o papado deveria passar por uma revisão de forma a superar a práxis e a concepção anteriores. Os padres conciliares viam a necessidade de organizar um governo colegiado da Igreja sob a condução do papa, o que exigia, evidentemente, repensar a estrutura e o funcionamento da Cúria Romana que há muito se estruturara como uma espécie de terceiro poder estabelecido entre o papa e os bispos. Para tanto, seria urgente uma reforma da Cúria e de revisão das funções dos núncios e das Conferências Episcopais (cf. FAGGIOLI, 2013, p. 24-34). A colegialidade deveria ser traduzida em novas formas de exercício do poder central em rela-

ção direta com os poderes locais dos bispos. A Cúria Romana reagiu de modo estridente às possibilidades de uma reforma pensada pelo Concílio. Paulo VI chama para si essa tarefa, garantindo que não haveria uma reforma estrutural (cf. KLOPPENBURG, 1966, p. 447). De fato, a reforma por ele empreendida foi parcial e superficial. O Concílio resgatou a prática dos Sínodos como um modo de concretizar a colegialidade. Contudo, as regras e as práticas dos Sínodos continuaram reproduzindo a centralidade do papa e da Cúria Romana: tornou-se uma assembleia meramente consultiva, que pode ou não ser acolhida pelo papa. O Concílio não chegou nem à Cúria, nem ao exercício do papado.

"O Concílio não chegou nem à Cúria, nem ao exercício do papado."

4. A palavra de João Paulo II

A reforma do papado permaneceu como uma questão deixada sob cinzas pelo Concílio. Era natural que tivesse havido uma mudança efetiva no exercício do primado expressando uma comunhão efetiva com os



episcopados locais. Seria, evidentemente, uma nova construção do papado em nome da fidelidade ao carisma petrino a ser mantido vivo e operante nesse novo momento histórico com o qual se esforçou o Concílio para fazer o *aggiornamento*. Do ponto de vista institucional, o papado e a Cúria romana permaneceram “de fora” do processo de recepção conciliar, com suas estruturas e práticas pré-conciliares, embora inseridos no mesmo rio que corria desde a mesma fonte renovadora de toda a Igreja.

A reforma do papado constitui, na verdade, um dos pontos da recepção do Concílio Vaticano II, inserida numa cadeia cujos primeiros elos foram tecidos dentro do evento conciliar e formalizados pela Constituição *Lumen gentium* e pelo Decreto *Christus dominus*. O eco mais explícito dessa chamada à renovação se deu com o Papa João Paulo II, quando pensou o exercício do papado no contexto da unidade dos cristãos.¹ O contexto em que a temática emerge como necessária é revelador: a partir de fora, e não de dentro. O Decreto *Unitatis Redintegratio* já havia afirmado a importância ecumênica de uma reforma perene da Igreja (cf. 6). É à medida que a Igreja olha para outros modos de transmitir a fé e de organizar seus serviços que certas compreensões e práticas do papado tornam-se impeditivas da unidade e clamam por modificações. A Encíclica *Ut unum sint* (*Para que todos sejam um*), de 1995, tira uma das últimas consequências das renovações conciliares ao apresentar o ministério do bispo de Roma como sinal da unidade que deve preservar a sua essência, porém abrindo-se para a atualidade. Diz o papa no número 95:

Estou convicto de ter a este propósito uma responsabilidade particular, sobre-

¹ Uma reflexão precisa e profética sobre essa convocação foi feita pelo arcebispo de S. Francisco (EUA), D. John R. Quinn. Seu livro é uma leitura obrigatória e atualíssima sobre o assunto. Cf. *Reforma do papado*: indispensável para a unidade cristã. Aparecida: Santuário, 2002.

Introdução à cristologia latino-americana

Cristologia no encontro com a realidade pobre e plural da América Latina

Alexandre Andrade Martins



Este ensaio cristológico foi gestado no meio do povo simples latino-americano e de sua experiência de um Deus encarnado na história. O autor introduz o leitor no debate cristológico contemporâneo sob uma perspectiva latino-americana, pensada com base na realidade dos pobres e marginalizados; que vai além da polarização “cristologia de baixo” e “cristologia do alto”; e que tem no seu coração um texto bíblico (Lc 4, 16-30), a partir do qual relaciona importantes áreas teológicas, como estudos bíblicos, teologia moral e liturgia.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





tudo quando constato a aspiração ecumênica da maior parte das comunidades cristãs, e quando ouço a solicitação que me é dirigida para encontrar uma forma de exercício do primado que, sem renunciar de modo algum ao que é essencial da sua missão, se abra a uma situação nova.

E faz uma convocação inédita:

O Espírito Santo nos dê a sua luz, e ilumine todos os pastores e os teólogos das nossas Igrejas, para que possamos procurar, evidentemente juntos, as formas mediante as quais este ministério possa realizar um serviço de amor, reconhecido por uns e por outros.

A chamada para se repensar o papado é dirigida a todos, incluindo os teólogos de outras Igrejas. Olhar a Igreja a partir de fora foi a postura constitutiva do Vaticano II, postura que regeu as discussões e as deliberações, e fez a Igreja repensar a si mesma na medida em que refletia sobre o mundo moderno e sobre as outras Igrejas e religiões. Essa postura é retomada por João Paulo II e mostra mais uma vez a possibilidade de abrir as janelas da Igreja para poder renovar-se. As janelas do papado foram abertas para a renovação. A chamada para tal tarefa urgente permanece viva no Magistério papal.

5. A palavra de Francisco

O papa Francisco é o fruto maduro do Vaticano II. Encarna em seus gestos e palavras a renovação proposta pelo grande Concílio a partir do que vivenciou como recepção na América Latina. Traz para o papado a experiência difícil da colegialidade vivenciada a partir da periferia da Igreja, como também a prática concreta da Igreja dos pobres,

do protagonismo eclesial do leigo. A eclesio-logia do povo de Deus, assumida sem ponderações, dá o tom de uma reforma inadiável da Igreja. A reforma do papado emerge como pauta natural de uma reforma geral da Igreja. A Igreja missionária está sempre *em saída* para o mundo e deve repensar a si mesma por fidelidade ao evangelho, para colocar-se

em diálogo com os que estão fora e para servir aos mais necessitados.

“Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação” (EG 27). Após nominar a

paróquia, as comunidades e movimentos, as dioceses e os bispos como instâncias a serem renovadas, inclui o papado. Retoma aquela chamada de João Paulo II à renovação do papado e reconhece que, de fato, “pouco temos avançado nesse sentido”. Relaciona a reforma do papado à reforma das estruturas centrais da Igreja universal e ao protagonismo das Conferências Episcopais. Reconhece que as indicações do Vaticano II a respeito das conferências como exercício de colegialidade não se concretizaram e conclui dizendo que “uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e a sua dinâmica missionária” (EG 31).

A chamada franciscana está lançada e permanece no horizonte da comunidade eclesial e da própria sociedade como possibilidade e, até mesmo, como urgência. O papado se encontra em estado permanente de reforma, com as atitudes surpreendentes de Francisco e com decisões pontuais que vão sendo anunciadas. A renúncia do papa, segundo ele próprio definiu, já está institucionalizada com a saída de Bento XVI. A colegialidade está sendo exercida de modo mais efetivo com a Comissão dos Cardeais encarregados de elaborar o

“A reforma do papado emerge como pauta natural de uma reforma geral da Igreja.”

Projeto de reforma da Igreja. Os documentos promulgados revelam uma conexão direta do magistério papal com os magistérios locais. O *Motu Proprio Mitis Iudex Dominus Iesus* de 15 de agosto de 2015, embasado em uma teologia da Igreja particular e do bispo local, reforma de atacado vários aspectos da vida eclesial: faz a primeira reforma estrutural de uma prática secular, descentraliza as decisões referentes aos processos de nulidade matrimonial, desloca a decisão do âmbito estritamente jurídico para o pastoral e legisla de modo mais real com os problemas urgentes da vida matrimonial atual (cf. w2.vatican.va). Essa reforma pontual poderá ser indicativa para outras que poderão vir por meio da iniciativa pessoal do papa.

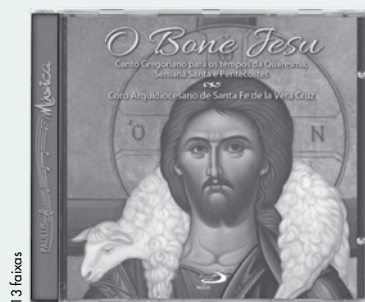
Considerações finais

A questão da reforma do papado não causa ou não deveria causar mais temores, como até bem pouco. As posturas simples e francas de Francisco quebraram, por si mesmas, o tabu a respeito do assunto e descriminalizaram os debates. Uma reforma do papado está posta como necessária: como questão pública e como tarefa eclesial. A história é mestra; mostra que os modos de conceber o primado foram sendo construídos no decorrer da história e assumindo diferentes formatos em função dos diversos contextos. Contudo, valeria perguntar: a quem interessaria uma reforma do papado? Em nome de que ela deveria ser realizada? Sem dúvida, uma reforma se legitima unicamente em nome da fidelidade da Igreja às suas fontes e, por conseguinte, a sua missão primordial. Francisco fala do “coração do evangelho” como a referência da vida da Igreja. As estruturas instituídas da Igreja – mesmo com suas teologias bem arquitetadas – não querem e, por certo, nem necessitam de reformas. Ao contrário, veem nela uma ameaça. Por conseguinte, os sujeitos institucionais, ou seja, aqueles que

CD O Bone Jesu

Canto Gregoriano para os tempos da Quaresma, Semana Santa e Pentecostes

PAULUS Música



Nesta coletânea de cantos gregorianos, o Coro Arquidiocesano de Santa Fé de la Vera Cruz canta a vida e a obra de Jesus. O projeto conta também com o esmero de seu diretor musical e a qualidade vocal de seus coralistas, resultando em uma interpretação musical de grande beleza, sempre em sintonia com o estilo deste repertório.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





estão inseridos de modo funcional e burocrático na estrutura organizacional da Igreja, serão defensores da continuidade em nome da tradição e da estabilidade e verão as reformas como perigo; buscarão, ainda, os meios políticos de evitá-la, de minimizá-la ou de traduzi-la. As normas, os mecanismos e as teologias institucionais existem para preservar a instituição, jamais para modificá-la.

Somente uma leitura de fé da Igreja pode legitimar uma reforma do papado, embora ela possa estar bem adequada aos modos modernos de exercer o poder de modo mais participativo e descentralizado. A tomada de consciência eclesial do contexto histórico é uma chamada feita pelo Concílio Vaticano II. Os cris-

“A questão da reforma do papado não causa ou não deveria causar mais temores, como até bem pouco.”

tãos precisam discernir os *sinais dos tempos* em cada época e lugar para melhor exercer sua missão (cf. GS 4 e 11). Os tempos atuais – a sociedade e a Igreja – levantam mais uma vez a

importância da reforma da Igreja. A reforma do papado deve ser vista a partir da fé: como um sopro do Espírito que impulsiona a comunidade eclesial a refazer-se em meio à crise em que se encontra.

Eis o recado atual de Francisco sobre uma reforma *inadiável da Igreja* (cf. EG 27). O papado pode ser renovado para que a Igreja conti-

nue sua marcha na história, para que o ministério petrino seja exercido de modo mais coerente com as fontes evangélicas, com a longa tradição cristã, com a eclesiologia conciliar e em sintonia com as aspirações do mundo atual. ●

Bibliografia

CONGAR, Yves. *Igreja e papado*. São Paulo: Loyola, 1997.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 1997.

FAGGIOLI, Massimo. Reforma da Cúria no Vaticano II e depois do Vaticano II. *Concilium* 353 (2013/5). Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANCISCO. Exortação *Evangelii gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.

_____. Carta Apostólica *Mitis Iudex Dominus Iesus*. <http://w2.vatican.va/content/francesco/it/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio_20150815_mitis-iudex-dominus-iesus.html>.

JOÃO PAULO II. Encíclica *Ut unum sint*. <<http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/index.html>>.

KLOPPENBURG, Boaventura. *Concílio Vaticano II*, vol. V. Petrópolis: Vozes, 1966.

LEGRAND, Hervé. O primado Romano, a comunhão entre as Igrejas e a comunhão entre os bispos. *Concilium* 353 (2013/5). Petrópolis: Vozes, 2013.

NEMO, Philippe. O que é o Ocidente? São Paulo: Martins, 2005.

QUINN, John R. *Reforma do papado*: indispensável para a unidade cristã. Aparecida: Santuário, 2002.

WEBER, Max. *Economía y sociedade*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.



A eficácia da misericórdia

Luiz Alexandre Solano Rossi*

A misericórdia exige a aproximação; somos sempre misericordiosos em relação a alguém; no isolamento enclausuramos a misericórdia e acrisolamos a própria vida. Todas as vezes que não caminhamos misericordiosamente em direção às pessoas estamos, na verdade, sonhando a elas porção generosa da misericórdia de Deus.

Introdução

Vivemos num mundo que é marcado por feridas abertas que tendem a afetar a todos. Ninguém está imune numa sociedade repleta de predadores sociais. Vivemos num ambiente tão competitivo que nos leva a perceber o outro como um competidor que deve ser vencido; deixamos de olhar aqueles (as) que estão ao nosso redor como se fossem irmãos, e presumimos que sejam nossos adversários. E diante de adversários, a única arma possível seria partir para o ataque. Como viver num ambiente em que nos movemos pelo medo de ser surpreendidos por um ataque? Como gerar misericórdia numa sociedade que respira violência?

Duas expressões, entre tantas, se sobressaem, na Bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia: “um programa de vida” e “estilo de vida” (MV, n. 13). Faço destaque a fim de salientar que a misericórdia deveria ser entendida como se fosse uma segunda pele do cristão. No entanto, somos

*Doutor em Ciências da Religião pela UESP e pós-doutor em História Antiga pela UNICAMP e em Teologia pelo Fuller Theological Seminary. É professor no mestrado e doutorado em Teologia da PUCPR e coordenador da graduação em Teologia da PUCPR. E-mail: luizalexandrossi@yahoo.com.br



mais ágeis na arte de condenar e criticar as pessoas do que na arte da misericórdia. Gastamos em uma e economizamos na outra. Até parece que falta espaço para a prática da misericórdia em nossa agenda.

1. Profetismo e conversão para a misericórdia

A única possível resposta à pergunta inicial que posso encontrar na literatura bíblica pode ser resumida numa expressão: conversão. De uma cultura de violência e de agressões, deveríamos nos converter a uma cultura de misericórdia. Porém, certa atenção é necessária: toda conversão deveria ser vista, simultaneamente, como pessoal e comunitária. É possível dizer que foram especialmente os profetas que convocaram o povo de Deus à conversão. Ao lermos Amós 5,14-15, Isaías 1,16-17 e Oseias 10,12 e 12,7, ficamos com a nítida impressão de que a conversão não se limita à esfera privada. Ao romper com os limites da esfera privada, a conversão nos leva a uma decisão que tem implicações políticas e econômicas. Talvez pudéssemos dizer que a fé possui uma função pública. Afinal, não somos chamados a viver dentro de quatro paredes e, dessa forma, isolados de tudo e de todos. O espaço por excelência do exercício da fé se encontra na realidade do cotidiano.

Os profetas acreditavam que tudo na vida, inclusive as instituições públicas, poderiam ser orientadas de tal forma que servissem aos objetivos de Deus, com quem Israel havia selado uma aliança. A vida transformada de Israel, diferentemente dos valores que imperavam ao seu redor, centrava-se na justiça, na virtude e na constância do amor, ou seja, numa organização que transcendia a egolatria. Os profetas faziam um radical chamado ao povo de

Deus para que vivesse sua vida, tanto pessoal quanto coletiva, em consonância com os objetivos de propiciar justiça, fraternidade, solidariedade e misericórdia.

Um profeta posterior aos já citados, Joel (2,12-13), faz, por sua vez, uma convocação radical para a conversão. No entanto, para ele não bastava mudar unicamente a aparência externa: era necessário converter o coração. Mas vale lembrar que o coração não deve ser interpretado simplesmente como uma experiência interior. Na Bíblia, o coração representa o órgão responsável por tomar decisões e determinar a orientação da vida. O profeta Joel refuta, portanto, tanto uma mudança meramente externa (as vestes) quanto uma mudança meramente interna, que não leve a nenhuma consequência visível.

Sicre (1990, p. 126-127) acentua que a vocação do profeta era uma relação eu-tu-eles. “O profeta não é eleito para gozar de Deus, mas para cumprir uma missão em relação ao povo.” Uma função direcionada especificamente para a sociedade. Numa experiência inserida na relação Deus, profeta e sociedade em que vive, o profeta anunciava um Deus comprometido com a história, que amava a justiça, pai dos órfãos, aquele que protegia as viúvas, senhor soberano de toda a natureza e que possuía o controle da vida e da morte. Deus está presente na história para provocar nossa existência a sair de si mesma. A face de Deus que se revela em Jesus Cristo é um rosto totalmente voltado para o ser humano. Por isso, ao invés de nos inclinarmos sobre o rosto do filho de Deus, deveríamos procurar o rosto dos seres humanos e amá-los com amor intenso. Contrariamente ao que muitos pensam, não precisamos nos encontrar com Deus negando o mundo e a sua história. Encontramos com Jesus justamente no mundo.

“Ao romper com os limites da esfera privada, a conversão nos leva a uma decisão que tem implicações políticas e econômicas.”

Os profetas não se relacionavam com situações abstratas. Diante deles se encontravam uma série de problemas concretos. Eles denunciavam a pobreza como um mal, como resultado da injustiça praticada pelos poderosos. O pobre se torna não somente sujeito, mas também um lugar teológico. A partir do critério utilizado pelos profetas, não é possível aceitar a pobreza, a violência e a injustiça que a gera. Dessa forma, eles acabaram por demonstrar que a pobreza e a violência não eram o resultado do destino ou da vontade de Deus. Basicamente entenderam que era consequência da ação daqueles que estavam denunciando. Não há espaço na teologia dos profetas para aquilo que chamo de naturalização da pobreza e da violência. Penso que os textos bíblicos, em sua grande e maior extensão, para falar de Deus se expressam através da vida das pessoas. Somente encontramos Deus no outro! Não se encontra e não se conhece o Deus bíblico sem a intermediação do pobre e na história do pobre.

Sendo assim, duas questões saltam em importância, a fim de se refletir: a primeira delas é o conceito de história e a segunda, o conceito de pobre. O primeiro faz com que historicizemos a fé, ou seja, vive-se a fé para dentro da história, a fim de transformá-la, e não a negando ou desejando ardentemente abandoná-la; o segundo nos leva a compreender que é a partir do encontro com os pobres, da solidariedade com eles e da vida construída a partir da justiça que nos humanizamos e alcançamos a salvação. É inevitável pensarmos o papel da Igreja em meio a essa situação. Quero me valer de um belíssimo texto de Bonino (1975, p. 44) por causa de sua fluidez e exemplaridade, e que reafirma que a autenticidade da mensagem evangélica está, de fato, ligada à maneira pela qual ela se relaciona com o tema da pobreza:

[...] a Igreja não se identifica a si mesma entre os pobres. Reconhece os pobres

O reino esquecido Arqueologia e história de Israel Norte

Israel Finkelstein



Este livro apresenta a primeira história abrangente do Reino do Norte e a descrição da arqueologia do Norte de Israel desde a Idade do Bronze Tardio (em torno de 1350 a.C.) até a queda do reino em 720 a.C., e além. A narrativa é baseada na arqueologia e faz uso da pesquisa de campo mais atualizada, com a adição do que é conhecido dos textos do Antigo Oriente Próximo e bíblicos. Os trinta anos de trabalho de campo de Finkelstein em sítios relacionados ao Reino do Norte abriram caminho para uma nova compreensão da história e da arqueologia do antigo Israel.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





como uma parte muito importante do mundo, mas a Igreja não se reconhece a si mesma entre os pobres e os pobres não reconhecem a presença de Cristo na Igreja. Esta é uma situação de identidade perdida, de autoalienação para a Igreja. Uma situação em que a Igreja não é totalmente Igreja. E a Igreja que não é a Igreja dos pobres coloca em séria suspeita seu caráter eclesialístico.

É significativo o uso que Jesus faz do texto do profeta Oseias (que lembra também Provérbios 21,14). É possível compreender que, para Jesus, mais importante é a ação que preserva a dignidade da pessoa, e não possíveis atividades para Deus. A importância para Jesus recai no primado da misericórdia. Afinal, tudo quanto fazemos para os pequeninos é a ele que fazemos. Observa-se, portanto, que a prática da misericórdia com – o pobre é também conhecimento de Deus (o profeta Oseias apresenta a mesma chave de leitura em 4,1. “Ouçam a palavra de Javé, filhos de Israel! Javé abre um processo contra os moradores do país, pois não há mais fidelidade, nem amor, nem conhecimento de Deus no país; em 6,6. “Pois eu quero amor, e não sacrifícios, conhecimento de Deus mais do que holocaustos” e em 8,2-3: “Eles gritam: ‘Deus de Israel, nós te conhecemos!’ No entanto, Israel recusou o bem, e o inimigo o perseguirá”).

2. A radicalidade do desafio de Jesus

Com a frase “mas eu digo a vocês, que estão me escutando”, Lucas inicia uma nova seção no discurso (6,27-36). Estamos diante de uma frase de extrema importância porque, de certa forma, ela ressoa nos versos 18 e 47. Para Lucas, escutar e transformar parecem como irmãos siameses que não podem ser separados. O imperativo de Jesus é dirigido a todos quantos ouvem – tanto no passado quanto no presente – a sua voz. O discípulo tem o dever, portanto, de estar bem atento à palavra de Deus. E escutar não é fácil, principalmente as palavras de Jesus, que exigem transformação. Não é possível ouvir Jesus e continuar do mesmo modo.

“Amai os vossos inimigos” está sintetizado nos versos 27 e 28 e encerra 4 mandamentos de Jesus: amar, fazer o bem, bendizer, orar. Devemos nos lembrar

de que em 6,22 são descritos 4 ultrajes. Nesse sentido, o autor do texto cria um belo equilíbrio. Encontramos praticidade nas palavras/conselhos. Não é suficiente ser um ótimo teórico. O primeiro mandamento, por exemplo, amar os inimigos – não se encontra isolado e de forma absoluta. Afinal, se assim fosse poderíamos até mesmo perguntar: mas como? De que maneira deveríamos amar? Não basta saber o que fazer, é necessário saber fazer e, por isso, a práxis da misericórdia é apresentada da seguinte maneira: fazendo o bem, bendizendo e orando.

“Jesus exige de seus discípulos misericórdia que vai muito além das relações costumeiras e cordiais do dia a dia.”

Ide aprender o que significa: Prefiro a misericórdia ao sacrifício. Porque não vim chamar os justos, mas os pecadores (Mt 9,13)

Eu quero misericórdia e não os sacrifícios (Os 6,6).

Para Javé, a prática da justiça e do direito vale mais que os sacrifícios (Pv 21,14)



Não há dúvida de que o verdadeiro discípulo de Jesus somente se revela na prática. A intuição de Bovon (1995, p. 445) é espetacular: “quando amamos a nossos inimigos, eles deixam de ser nossos inimigos”.

Jesus intima seus seguidores a dar testemunho da abertura mais radicalmente humana e do mais vivo interesse pelos próprios inimigos. Exige, portanto, de seus discípulos algo que vai muito mais além das relações costumeiras e cordiais do dia a dia. Exige, por isso, uma benevolência ativa, desinteressada e extraordinária justamente com as pessoas que se apresentam como seus oponentes. Afinal, todos esperariam relações e expressões de carinho e de amor entre membros da mesma família e entre marido e mulher. Jesus nos ajuda a ver para além das fronteiras que criamos para que outras pessoas não possam entrar e nos incomodar. Barreiras que impedem outros de viver não são criações apenas de países ricos na tentativa de impedir todos aqueles que, segundo a mentalidade e política imperial, são inapropriados e indignos de viver junto. Barreiras também são construídas por cada ser humano quando ele não é capaz de misericordiosamente romper com os fantasmas que o assombram. No entanto, a exigência de Jesus não é abusiva. Ele é o reflexo mais cristalino da realidade divina: “tudo nele fala de misericórdia. Nele, nada há que seja desprovido de compaixão” (MV, n. 8).

“Façam o bem a quem odeia vocês”, “bendizeis os que os maldizem” são expressões que causam estremecimento e pavor em nossos corpos. Exigem muito mais do que pensávamos. Certamente o caminho do discipulado não é tão fácil como imaginávamos. Um caminho que se apresenta contracultural e que procura mudar não somente as relações que temos e mantemos uns com os outros, mas, principal e primeiramente, mudar essencialmente quem somos.

A regra dos essênios em Qunram, por exemplo, aconselhava a bendizer tão somen-

te os membros da própria comunidade – que eram chamados de filhos da luz – e maldizer todos aqueles que não faziam parte do grupo ou que ainda haviam abandonado o grupo – chamados de filhos das trevas. Uma sociedade dividida, portanto, entre os que eram e os que não eram; entre os que tinham direito e os que não tinham; uma sociedade dividida entre os de dentro e os de fora; para uns havia a bênção e para os outros – todos os outros – restava apenas a maldição. Nessa sociedade dominada por fronteiras, o outro será sempre nosso mortal inimigo. Nesse mundo, a misericórdia estará sempre do lado de fora dos muros!

As palavras de Jesus devem sempre ser lidas em contraste e inculcam uma atitude diametralmente oposta. Fitzmeyer (1987, p. 611) afirma que “não basta a aceitação passiva da maldição pronunciada pelo inimigo; é preciso responder com uma atuação positiva de bênção”. Encontramos eco desse tipo de comportamento requerido por Jesus em outros textos da Bíblia: Rm 12,14; 1Cor 4,12; 1Pd 2,23.

Os mandamentos dos versos 29 e 30 desconstroem e deslegitimam a velha regra de Talião (Ex 21,24; Lv 24,30; Dt 19,21). Já o verso 30 – “a todo que lhe pede, dê” – é uma verdadeira chamada à renúncia ao próprio interesse, e não admite restrições (Fitzmeyer, p. 613). Perante a necessidade de uma pessoa, o discípulo de Jesus não pode adotar uma atitude de reserva interessada. Mesmo num texto muito antigo como esse é possível verificar como ele lança luzes sobre a nossa realidade. Afinal, como viver o princípio da misericórdia numa sociedade que nos ensina a consumir e a acumular cada vez mais? Parece que a expressão “renúncia” não costuma fazer parte do vocabulário do cristão. No melhor dos cenários, iremos dar a partir do momento em que tivermos o suficiente. Mas como corremos cada vez mais atrás do que é supérfluo, o suficiente jamais se apresenta e, com isso, jamais temos alguma coisa para renunciar.



Nos versos 31 e 35, estamos diante de uma fórmula de reciprocidade. “Tratem as pessoas como vocês gostariam que elas tratem vocês” é uma formulação de Lucas da chamada regra de ouro (cf. Mt 7,12). Mas não podemos pensar em mera reciprocidade. O amar a si mesmo não deve ser a única e suprema pauta de comportamento para o discípulo; esse é de fato o conteúdo implícito da máxima. Assim, a tríplice manifestação do serviço traduzida nas palavras “amai, ajudai e emprestai” resume o serviço que supera os limites de uma resposta de contornos apenas recíproca.

O itinerário chega ao seu ápice no verso 36. A fórmula de Lucas, diferentemente daquela de Mateus (5,48: “sejam perfeitos”), radicaliza a máxima ao colocá-la no imperati-

vo, ou seja, um mandato, ao mesmo tempo em que a expressa em termos de misericórdia. Lucas provavelmente traz uma ressonância de Lv 19,2: “Sede santos, porque eu, o

Senhor, vosso Deus, sou Santo”. Propõe-se uma imitação de Deus e, precisamente, de uma qualidade que, no Antigo Testamento, se atribui frequentemente a Deus. E, de acordo com Fitzmeyer (1995, p. 617), em todo o Antigo Testamento jamais se aplica o adjetivo “perfeito” ou seu sinônimo “imperfeito”; porém, se diz

que Ele é misericordioso (Ex 34,6; Dt 4,31; Jl 2,13; Jn 4,2).

O verso 36 se apresenta como aquele que anula as armas da violência, pois resume a eficácia da misericórdia. Trata-se do final de um itinerário. Vejamos:

“A impressão primeira que fica é que nos tornamos uma Igreja e discípulos de Jesus com muita teoria e pouca prática.”

Amar	Inimigos
Fazer o bem	Odiar
Falar bem	Falar mal
Rezar	Caluniar
Oferecer a face	Bater na face
Entregar a túnica	Tirar o manto
Dar algo	Pedir algo
Não pedir de volta	Pegar o que não é seu

Numa única expressão, é possível perceber a necessidade de quebrar com a espiral de violência a partir de gestos concretos que anulem e inviabilizem a cultura da violência. Um texto que mostra um ideal a ser alcançado, ou seja, as relações do cotidiano precisam ser permeadas de misericórdia. E a fonte dessa misericórdia se encontra unicamente em Deus e, por isso, precisamos imitá-lo. Por causa dele, a misericórdia será sempre maior do que qualquer pecado e, consequentemente, ninguém terá condições de colocar um limite ao amor de Deus que perdoa. Devemos

pensar sempre que os limites se encontram no ser humano que deseja construir fronteiras que o separem de todos quantos ele considera pecador, impuro e inconveniente. Todavia, essas fronteiras são criadas pelo próprio ser humano, e não por Deus. Limites são artificiais e o amor misericordioso, divino.

A que distância nos encontramos da misericórdia? Possivelmente ela se tornou um produto raro em nossos dias. A convocação do ano da misericórdia, pelo Santo Padre, pode muito bem ser uma confirmação desse distanciamento. Quando nos afastamos de-

masiadamente daquilo que deveria fazer parte da nossa vida – “misericórdia é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa” (MV, n. 2) –, é necessário que alguém indique a direção a seguir a fim de retomar o caminho. A impressão primeira que fica é que nos tornamos uma igreja e discípulos de Jesus com muita teoria e pouca prática. Se Jesus Cristo é o rosto da misericórdia e revelador da misericórdia do Pai, a que distância nos encontramos de Jesus? E, não menos importante, a qual distância nos encontramos uns dos outros? Principalmente daqueles mais fragilizados?

Misericórdia exige atitude. É sempre algo mais do que o discurso. Na verdade, as pessoas já não querem mais nossas palavras; elas desejam pessoas que sejam sinal eficaz do agir de Deus. Pelos frutos seremos conhecidos, e não pelos nossos belos discursos. Somente se em nossa prática refletirmos a ação de Deus é que poderemos ser considerados eficazes. Muitos discursos possuem uma bela estrutura, mas não apresentam conteúdo. Claro está que a misericórdia não é algo que se inicia e finaliza em Deus; não é algo exclusivo de Deus e limitado a apenas sua ação. Não somente Deus age de forma misericordiosa. A misericórdia há de se tornar o critério por excelência para indicar quem são os verdadeiros filhos de Deus, assim como também o critério de credibilidade da nossa fé. E segundo Stoger (1979, p. 198), “é misericordioso aquele que se deixa afetar pela miséria do homem, aquele que está aberto à necessidade alheia e presta ajuda onde se encontra alguém oprimido por um peso”.

A misericórdia de Deus é expressa em gestos concretos e sempre prevalece sobre um possível ideário de destruição. Portanto, não é uma ideia abstrata. A misericórdia se insere no cotidiano e, a partir do cotidiano, revela a face de Deus. Por isso, o refrão do Salmo 136 – “eterna é a sua misericór-

Introdução à Teologia Fundamental

João Batista Libanio



A Teologia Fundamental olha para o simples fiel ou para o iniciante do curso de teologia e pergunta-se: na condição sociocultural de hoje, que desafios o cristão enfrenta para crer com lucidez e honestidade? Nesta introdução, João Batista Libanio aborda os elementos basilares dessa disciplina teológica, seu percurso histórico até a atualidade e suas perspectivas e desafios diante da evolução cultural e do quadro religioso contemporâneo.

Imagem meramente ilustrativa.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





dia” –, que acompanha a narração da história da revelação de Deus na vida do povo do Antigo Testamento, é um convite para integrarmos a misericórdia de Deus também em nossa história.

Conclusão

Dom Oscar Romero disse, em 04/12/1977, de forma acertada: “uma religião de missa dominical, mas de semanas injustas, não agrada ao Deus da vida. Uma religião de muita reza, mas de hipocrisias no coração, não é cristã. Uma igreja que instala só para estar bem, para ter muito dinheiro, muita comodidade, porém que não ouve os clamores das injustiças, não é verdadeira igreja de nosso Divino Redentor”. Uma fé que se estabelece de forma pública e que procura, exatamente por isso, se afirmar como uma contracultura (sociedade alternativa) a um ambiente marcado por relações econômicas e políticas predatórias. Mutualidade e relações não predatórias configurariam uma nova forma de ordenamento

social, bem como de vivência da fé. A injustiça não é sagrada. Os fragilizados passam a ser percebidos como resíduos e, com isso, perdem até mesmo sua condição humana. Se vivemos uma cultura da indiferença e nos tornamos incapazes de nos compadecer e de ouvir os clamores dos pobres, se o drama de-

“A misericórdia há de se tornar o critério por excelência para indicar quem são os verdadeiros filhos de Deus, assim como também o critério de credibilidade da nossa fé.”

les já não extrai lágrima de nossos olhos, se evitamos caminhar na mesma rua que eles, jamais podemos nos esquecer de que Deus ouve o clamor dos pobres.

Mas, entre a simultaneidade de conversões, isto é, interna e externa, quais poderiam ser os sinais eficazes da misericórdia de Deus?

– Uma ação pastoral permeada de ternura;

– Consciência de ser instrumento de perdão;

– Atitude proativa para não se deixar cair na indiferença;

– Atenção às necessidades das pessoas;

– Uma compreensão de que Jesus jamais olhou primeiramente para o pecado das pessoas, e sim para o seu sofrimento. ●

Bibliografia

BONINO, J. M. The Struggle of the Poor and Church. *Ecumenical Review*. Vol. XXVII, n. 1, p. 44, jan. 1975.

BOVON, F. *El Evangelio segun Lucas*. Lc 1-9. Vol. 1. Salamanca: Sigueme, 1995

FITZMEYER, J. A. *El Evangelio segun Lucas*. Vol. II. Traducción y Comentario. Capítulos 1-8,21. Madri: Cristiandad, 1987.

PAPA FRANCISCO. *Misericordiae Vultus. O rosto da misericórdia. Bula de proclamação do jubileu extraordinário da misericórdia*. São Paulo: Paulinas, 2015.

SICRE, J. L. *Justiça social nos profetas*. São Paulo: Paulinas, 1990.

STOGER, A. *El Evangelio segun Lucas*. Vol. 1. Barcelona: Herder, 1979.



Os eixos do perdão: lembrar, esquecer e perdoar e a catequese para a misericórdia

João da Silva Mendonça Filho, sdb

À luz do Jubileu da Misericórdia, o artigo faz uma reflexão que ajuda a repensar a compreensão do perdão. Este significa que Deus deixou o pecado para trás. Quando me lembro dos pecados, não é para carregar a culpa ou listas de pecado, mas para experimentar a grandeza do perdão que tudo cura e transforma.

Introdução

O papa Francisco nos convocou ao Jubileu Extraordinário da Misericórdia, chamando-nos a atenção para o rosto de Jesus que revela a misericórdia do Pai (*Misericordiae Vultus*, n. 1-2). São João Paulo II ensinou também numa bela encíclica essa realidade intrínseca e trinitária:

Em Cristo e por Cristo, Deus, com a sua misericórdia, torna-se também particularmente visível; isto é, põe-se em evidência o atributo da divindade, que já o Antigo Testamento, servindo-se de diversos conceitos e termos, tinha chamado “misericórdia”. Cristo confere a toda a tradição do Antigo Testamento, quanto à misericórdia divina, sentido definitivo. Não somente fala dela e a explica com o uso de comparações e parábolas, mas sobretudo *Ele próprio encarna-a e personifica-a. Ele próprio é, em certo sentido, a misericórdia*. Para quem a vê nele – e nele a encontra –, Deus torna-se particularmente “visível” como Pai “rico em misericórdia” (*Dives in Misericordia*, n. 2).

*Padre salesiano, licenciado em Filosofia, mestre em Educação, com especialização em formação religiosa e presbiteral pela Pontifícia Universidade Salesiana de Roma. É também pós-graduado em Comunicação pelo SEPAC-PUC-SP e pós-graduado em Educação Sexual pela UNISAL-SP. Autor de diversos livros e artigos para revistas especializadas. Atualmente é pároco e diretor de colégio. E-mail: pe.mendonca@hotmail.com



A misericórdia é, assim, sentimento e gesto, pois “o Senhor revelou a sua misericórdia tanto nas obras como nas palavras” (*Ibid.*, n. 4). É, portanto, sentimento porque revela de forma concreta o amor de Deus por nós na encarnação do Verbo. E é também gesto, porque o Senhor veio ao encontro das pessoas e tocou nelas, manifestando sua bondade e ternura, sobretudo para com os pobres (*Ibid.*, n. 3). Francisco deixa claro que, diante da “gravidade do pecado, Deus responde com a plenitude do perdão” (*Misericordiae Vultus*, n. 3). A misericórdia é, assim, a arte de reconhecer, de se perdoar e saber perdoar. A política do perdão vem de dentro para fora. Exatamente como Jesus disse: “O que torna alguém impuro não é o que entra pela boca, mas o que sai da boca, isso é que o torna impuro” (Mt 15,11).

A ação catequética é um processo formativo para esta política do saber perdoar. Precisamos urgentemente resgatar o sentido do pecado, para libertar as pessoas do peso de consciência, do complexo de culpa e do medo de se perdoar. Há mais remorso que alegria, mais culpa que aceitação de si mesmo, mais escravidão que liberdade. Como bem disse o papa Francisco: “Não tenhamos medo de rever as normas ou preceitos eclesiais que podem ter sido muito eficazes noutras épocas, mas já não têm a mesma força educativa como canais de vida” (*Evangelii Gaudium*, n. 43). Desejo assim contribuir neste Jubileu com a reflexão da leveza do perdão que orienta a pessoa a se libertar do peso do pecado e que ajude a passar da Quaresma à Páscoa (*Ibid.*, n. 6).

1. Saber lembrar

Quando eu era menino, pelos nove anos, frequentava a catequese paroquial. O catequista era um padre. Certo dia ele iniciou a catequese com uma orientação que me cho-

cou. Ele disse: “Olha, meninos, cuidado com o pecado. Deus tem um livro lá no céu. Quando vocês morrerem e chegarem no juízo, Deus vai abrir o livro e procurar as anotações sobre vocês. Todos os pecados cometidos estarão registrados. Assim todos nós seremos julgados”. Eu pensei: bom, se é assim, então por que razão a catequese, a comunidade, o esforço para melhorar? Se Deus não esquece e ainda escreve tudo, então é melhor seguir a vida sem ele! Saí da catequese e da paróquia e só retornei anos depois.

É óbvio que a lembrança dos atos passados não é ruim, porque o primeiro lugar de reconciliação é com minha história pessoal (GRÜN, 2005, p. 36). É também a tarefa mais difícil. Há “pessoas que passam toda a vida queixando-se e rebelando-se contra seu destino. Sentem-se a vida inteira como vítimas” (*Ibid.*, p. 35). Mas não deveria ser assim. À medida que lembrarmos nossos atos, teremos a capacidade de rever nossas ações para atualizar, ressignificar e potencializar o que fazemos hoje e projetar o futuro sem culpa. O grave problema é a culpa. Ela não forma para a revisão de vida, mas para a anulação da pessoa.

Precisamos aceitar que em nós não existe apenas amor, mas também ódio; que apesar de todas as aspirações religiosas e morais, também possuímos tendências assassinas, traços sadistas e masoquistas, agressividade, ira, ciúme, sentimentos depressivos, medo e covardia. Em nosso interior não existem apenas anseios espirituais, mas também áreas onde Deus não habita. Aquele que não enfrenta a própria sombra acaba por projetá-la inconscientemente no outro. Isso requer humildade, coragem de descer do pedestal da imagem idealizada, de curvar-se à sujeira da própria realidade (*Ibid.*, p. 35).

**“Há mais remorso
que alegria,
mais culpa que
aceitação de si
mesmo, mais
escravidão que
liberdade.”**



Tudo isso somente será possível na humildade, e não com a marca da culpa. Reconciliar-se com o próprio corpo, lugar do encontro, senão fugiremos dele com medo de ser nele pessoa e perdão. O complexo de culpa é traumatizante e dolorido. É moralmente danoso ao agir humano. Chega até a influenciar a ética – valores –, porque cria uma consciência cínica que obscurece as normas. A pessoa que não se aceita plenamente sabe o que não pode fazer e faz, sabe que pode fazer o bem e não faz, sabe o que quer e não busca realizar. Por isso o ser humano “precisa do perdão de Deus, para libertar-se da culpa que o paralisa e bloqueia. O perdão significa que Deus deixou o pecado para trás (Is 38,17)” (GRÜN, 2005, p. 11). Então, quando lembro dos pecados não é para carregar a culpa, mas para experimentar a grandeza do perdão que tudo cura e transforma.

Lembrar dos pecados é uma política do saber perdoar porque educa na fé e reforça a ética, ou seja, o núcleo espiritual do agir humano que norteia a vida.¹ Portanto, educar na fé para lembrar do pecado é comprometer a pessoa com o outro. Somente com a capacidade de lembrar o que se faz de mal com o objetivo de se superar é que a pessoa compreenderá a misericórdia de Deus e saberá perdoar as ofensas, como pedimos tantas vezes no Pai-Nosso: “Perdoa nossas ofensas como nós perdoamos a quem nos ofendeu”.

2. Saber esquecer

Depois que comecei a frequentar novamente a comunidade cristã e a catequese, aos quinze anos de idade, numa experiência rica de formação na fé com uma religiosa, comecei então a esquecer de forma sadia meu ran-

cor contra Deus e a me perdoar. É preciso saber se perdoar para entender a misericórdia divina que esquece os males. Senão, jamais faremos a experiência do perdão.

Nesse sentido, a parábola dos “dois irmãos”² (Lc 15,11-32) pode nos ajudar a entender com melhor precisão a atitude do filho mais novo, que, depois de gastar tudo o que tinha e passar fome, lembra-se da figura paterna e retorna; a atitude do filho mais velho, que acusa o irmão mais novo e não perdoa; a atitude do pai, que escuta a confissão do filho que retorna e perdoa e faz festa. Jesus responde assim aos publicanos e pecadores, aos fariseus e escribas, homens que o rejeitavam, mas buscavam um sentido para crer.

O filho mais novo da parábola busca na liberdade saborear a vida até o extremo. Deixa tudo e sai de casa. Essa liberdade extrema acaba por escravizá-lo e ele acaba cuidando de porcos e comendo com eles. Bento XVI diz que “o homem que entende a liberdade como radical arbitrariedade da própria vontade e do próprio caminho vive na mentira, pois o homem, por essência, faz parte de um convívio, a sua liberdade é uma liberdade compartilhada; por isso, uma falsa autonomia conduz à escravidão” (BENTO XVI, 2007, p. 181).

Quando o filho pródigo entra em si – lembra – e reconhece o pecado, que na casa do pai está a verdadeira liberdade, então ele faz o processo de conversão e regressa. O pai, ao ver o filho que retorna, corre ao encontro e ouve atento sua confissão, cobre-o de beijos e entende seu caminho de conversão. Manda trazer a melhor roupa, porque ele havia perdido a gra-

1 O conceito de Núcleo, “alma da alma”, é próprio de Edith Stein. Para ela, filósofa, o núcleo é o “centro da alma que distingue o ser humano. O que determina a dimensão mais profunda das potências, atos e hábitos” (SBERGA, 2014, p. 30, 92).

2 Esta parábola é mais conhecida como a “parábola do filho pródigo” como também a do “do Pai bondoso”. Contudo, pode ser compreendida na linha dos textos bíblicos com dois irmãos, desde o Antigo Testamento com Caim e Abel, passando por Isaú e Jacó. Em Mateus 21,28-32, aparece outra parábola que envolve dois irmãos, o obediente e o desobediente. No caso de Lucas, Jesus narra a parábola para dois grupos: os publicanos e pecadores, os fariseus e os escribas. São grupos contrários a eles. A parábola dos “dois irmãos” surge como resposta a estes grupos (cf. BENTO XVI, 2007, p. 179-180).



ça da casa paterna – pecado. Devolve-lhe a dignidade com a sandália nova aos pés e o anel da aliança que se restaura de novo. Organiza a festa, banquete, onde a oferta e o oferente se apresentam como reconhecimento do amor misericordioso. O pai é aquele que não esquece o filho amado e sente compaixão, quer dizer, sente com ele a dor do pecado. O pai “prefere o remédio da misericórdia ao da severidade” (*Misericordiae Vultus*, n. 4).

O filho mais velho regressa do trabalho e encontra o ambiente de festa. Fica zangado e não entende como o pai foi capaz de perdoar os pecados daquele irmão que se fora, levando e gastando tudo numa vida desregrada. O pai lembra ao filho que tudo o que é seu é também dele (Lc 15,31). A relação entre Jesus e o Pai também é assim (Jo 17,10). O pai fala ao coração do filho, que estava irritado com a sua bondade. E joga na cara dele que nunca transgrediu nenhuma de suas leis. O pai recorda ao filho que viver na casa paterna é fundar uma relação de afeto, e não jurídica, e que seu irmão havia entendido isso, por isso havia retornado:

A misericórdia apresentada por Cristo na parábola do “filho pródigo” tem a *característica interior do amor*, que no Novo Testamento é chamado “*ágape*”. Esse amor é capaz de debruçar-se sobre todos os filhos pródigos, sobre qualquer miséria humana e, especialmente, sobre toda miséria moral, sobre o pecado. Quando isso acontece, aquele que é objeto da misericórdia não se sente humilhado, mas como que reencontrado e “revalorizado”. O pai manifesta-lhe alegria, antes de mais nada por ele ter sido “reencontrado” e por ter “voltado à vida”. Essa alegria indica um bem

que não foi destruído: o filho, embora pródigo, não deixa de ser realmente filho de seu pai. Indica ainda um bem reencontrado: no caso do filho pródigo, o regresso à verdade sobre si próprio (*Dives in Misericordia*, n. 6).

Esta consideração a partir da parábola nos ajuda a entender que o ato de esquecer é também aliviar o peso de nossas lembranças e nossos juízos. É desarrumar nossa mala de viagem, para dar um exemplo, retirar tudo aquilo que está demais e que pesa, para reorganizar o conteúdo de nossa história. Neste caso, o filho mais novo foi capaz de fazer este caminho, e o mais velho, não. Preferiu não esquecer nem reconhecer o caminho de conversão do irmão e deixou esmagadas no fundo da mala as coisas boas que ele trazia: amor, gratidão, flexibilidade, experiências, doação, alegria, humildade.

Jesus sabia esquecer o peso do pecado dos outros. Quando os fariseus e os escribas trouxeram a mulher pega em adultério, ele não se fixou no ato em si, não reforçou a acusação dos agressores, não condenou, mas buscou nas lembranças deles as próprias faltas que eles cometeram: “Quem não tiver pecado atire a primeira pedra” (Jo 8,1-11). Na sequência, ele se volta para a mulher e pergunta se alguém a havia condenado, e ela responde que não. Jesus a levanta e diz: “Vai e não peques mais” (Jo 8,11). É a mesma atitude do pai bondoso. Ele escuta a confissão, reconhece o caminho de conversão e perdoa.

Com Zaqueu (Lc 19,1-10) é a mesma atitude. O pequeno Zaqueu se esconde em meio às folhas da árvore. Não quer ser visto. O pecado, desde o relato do Gênesis, nos leva ao esconderijo, porém Deus vai ao encontro e

“Somente com a capacidade de lembrar o que se faz de mal com o objetivo de se superar é que a pessoa compreenderá a misericórdia de Deus e saberá perdoar as ofensas.”



pergunta: “Onde estás?” (Gn 5,9). Jesus também vai ao encontro de Zaqueu, para embaiar da árvore e diz: “Desce depressa! Hoje eu devo ficar na tua casa” (Lc 19,5b). Entrar na casa é entrar na intimidade da pessoa. Assim, recupera aquele homem e o engrandece, porque o perdão é grandeza.

Muitas vezes não sabemos nos perdoar e reconhecer a grandeza de ser perdoados, porque não conseguimos esquecer. Mesmo com repetidas confissões continuamos presos à culpa, porque nossa relação com Deus é demasiado jurídica. Por isso, a formação catequética precisa favorecer experiências do perdão, pois somente quem sente a misericórdia de Deus é capaz de uma verdadeira conversão.

É por isso mesmo que a Igreja professa e proclama a conversão. A conversão a Deus consiste *sempre na descoberta da sua misericórdia*, isto é, do amor que é “paciente e benigno” (1Cor 13,4), como o é o Criador e Pai; amor ao qual “Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo” (2Cor 1,3) é fiel até as últimas consequências na história da Aliança com o homem, até a cruz, a morte e a ressurreição do seu Filho. A conversão a Deus é sempre fruto do retorno para junto desse Pai, “rico em misericórdia”.

O autêntico conhecimento do Deus da misericórdia, Deus do amor benigno, é a fonte constante e inexaurível de conversão, não somente como momentâneo ato interior, mas também como disposição permanente, como estado de espírito. Aqueles que assim chegam ao conhecimento de Deus, aqueles que assim o “veem”, não podem viver de outro modo que não seja convertendo-se a ele continuamente. Passam a viver *in statu conversionis*, em estado de conversão; e é esse estado que constitui a característica mais profunda da peregrinação de todo ho-

mem sobre a terra *in statu viatoris*, em estado de peregrino. É evidente que a Igreja professa a misericórdia de Deus, revelada em Cristo crucificado e ressuscitado, não somente com as palavras do seu ensino, mas sobretudo com a pulsação mais profunda da vida de todo o Povo de Deus. Mediante esse testemunho de vida, a Igreja cumpre a sua missão própria como Povo de Deus, missão que participa da própria missão messiânica de Cristo e que, em certo sentido, a continua (*Dives in Misericordia*, n. 13).

Isso significa educar no sentido ético – valores –, e não ao formal jurídico, que facilmente se transgride. Assim, a pessoa saberá viver muito melhor o sentido do pecado não como uma carga que sufoca, mas como a possibilidade de lembrar e esquecer, sempre na medida do amor misericordioso de Deus.

3. A força do perdão

Quando entendi que Deus não é uma memória perversa que tudo guarda para me acusar, então comecei a entender o valor do perdão. Em Jesus nós aprendemos a contemplar o rosto misericordioso de Deus Pai. E na Igreja, com o sacramento da reconciliação, entendi o significado da harmonia pessoal e social.

A palavra perdão vem do grego *aphesis*, do verbo *aphiemi*, que significa jogar fora, mandar embora, soltar, libertar. Quem perdoa liberta o outro da culpa e quem se perdoa se desfaz do pecado. Na experiência da reconciliação a pessoa restabelece a paz interior e exterior (GRÜN, 2005, p. 9-10).

O sacramento da Penitência ou Reconciliação aplanar o caminho a cada um dos homens, mesmo quando sobrecarregados com graves culpas. Neste Sacramento todos os homens podem experimentar de modo singular a misericórdia,



isto é, aquele amor que é mais forte do que o pecado. Convém que este tema fundamental, apesar de já tratado na Encíclica *Redemptor Hominis*, seja abordado mais uma vez (*Dives in Misericordia* n. 13).

O perdão gera a alegria, a consciência de si, educa a descer do orgulho e cura as feridas mais profundas do núcleo espiritual. O perdão, então, transcende a culpa do pecado. O próprio Jesus não pede sacrifícios, nem jejuns, nem anulações, mas simplesmente que a pessoa seja capaz de se superar. O pecado sufoca, o perdão liberta, faz a pessoa levantar voo. O pecado deixa o ser humano rodopiando ao redor de si sem poder voar. O perdão ajuda a equilibrar o sentido de liberdade e responsabilidade dos sentimentos e ações que nos fazem voar. Como diz o papa Francisco, quando “a misericórdia de Deus não é uma ideia abstrata, mas uma realidade concreta que revela o amor de um pai e de uma mãe que se comovem pelo próprio filho até o mais íntimo das suas vísceras” (*Misericordiae Vultus* n. 6).

Saber perdoar é ainda a superação para que não vivamos a *psicologia do urubu*,³ ou seja, a busca da carniça para dela alimentar-se. O pecado nos faz comer sempre o que já está podre, o que pode sufocar e matar. Por outro lado, a *psicologia do beija-flor* nos coloca na dimensão do perdão e do saber saborear a graça da misericórdia. O beija-flor não procura a carniça, mas o mel das flores. Assim também as políticas do perdão na ação catequética não podem se fixar na decomposição da vida, mas na capacidade de desenvolver a beleza interior do ser humano, ser sal para não deixar apo-

dreçar; ser luz para aquecer e iluminar o caminho de conversão.

A catequese como processo iniciático para a política do perdão não pode ensinar a fazer listas de pecados à luz dos dez mandamentos, mas a entender o núcleo da espiritualidade cristã, ou seja, saber seguir Jesus nos interditos da vida cotidiana. O catequista deve ser o exemplo desse seguimento.

Para facilitar ainda mais a compreensão do perdão, é preciso ir novamente à Bíblia. Ali encontramos o texto do cego Bartimeu para compreender que “o que movia Jesus era a misericórdia” (Mc 10,46-52) (*Misericordiae Vultus*, n. 8). Jesus sai da cidade de Jericó. Uma

grande multidão o seguia. À beira da estrada um homem, ao saber que Jesus passava, começou a gritar: “Filho de Davi, tem piedade de mim” (Mc 10,45b). Era um cego. Ao escutar os gritos, Jesus para e pede que ele venha ao seu encontro. Bartimeu, num ato impulsivo, arrancou o manto, deu um pulo e foi ao encontro de Jesus. São gestos sincrônicos, que definem muito bem a política do

perdão. É preciso deixar o manto que cobre nossos pecados, nossa segurança e nos condiciona a estar à margem. O *colocar-se de pé* é a atitude da pessoa ressuscitada. O *sair ao encontro* é o caminho da conversão e da verdadeira liberdade.

O Sacramento da Reconciliação, confissão, é exatamente a experiência de Bartimeu: “saber levantar e caminhar, viver neste mundo como novas pessoas” (GRÜN, 2005, p. 96). Contudo, faz-se urgente repensar a prática da confissão. Ninguém deveria se confessar por obrigação. Nem toda fragilidade humana é pecado mortal. Mais do que confissão, muitas pessoas precisam de um esclarecimento ou direção espiritual. Quando assumimos a culpa e a transportamos para o confessional, estamos no campo meramen-

**“Quando entendi
que Deus não é uma
memória perversa
que tudo guarda para
me acusar, então
comecei a entender o
valor do perdão.”**

3 Aproprio-me deste conceito desenvolvido no Instituto Persona sob a orientação da Dra. Maria do Carmo Valente para explicar o núcleo humano onde acontecem as opções de espiritualidade mais profunda.



te jurídico da relação com Deus; falta o caminho da conversão. O sentimento de culpa, como já disse, é danoso e sufocante. A culpa “consiste na negação de me ver e me aceitar do jeito que sou” (*Ibid.*, p. 105). O não querer ver não ajuda a reconhecer o perdão, mas a negá-lo. No entanto, quando sou capaz de aceitar minha culpa, então começo, como o filho pródigo, o caminho de conversão e retorno à casa do pai. A confusão está na culpa e na desculpa, quer dizer, “quando culpamos a nós mesmos, nos dilaceramos com sentimentos de culpa e nos autopunimos com eles” (*Ibid.*, p. 109). Isso impede o senso de autocrítica. Por outro lado, “quando nos desculpamos e procuro mil razões para não ser culpado e tento me justificar” (*Ibid.*, p. 110), então fujo do meu núcleo interior e não faço o caminho de conversão.

Quando assumo que pequei, não transiro para ninguém meus pecados, não escondo nada, e na confissão me reconcilio com meus sentimentos de culpa e aceito o perdão de Deus. Por isso é tão importante o rito da confissão: 1. Exame de consciência, sentir o que não está em harmonia; 2. Confessar, falar da culpa, do que me sufoca; 3. Absolvição, receber o toque das mãos do confessor como o gesto do pai bondoso que veste, coloca o anel no dedo, as sandálias nos pés e faz festa; 4. Agradecimento, participar da alegria do aconchego e saborear do banquete que o Pai prepara para o filho que retorna (*Ibid.*, p. 119-122).

Esse ritual é fundamental para vivenciar o verdadeiro sentimento da misericórdia, pois “o perdão é a força que ressuscita para nova vida e infunde a coragem para olhar o futuro com esperança” (*Misericordiae Vultus*, n. 10). Por isso, caro catequista, não ensine os catequizandos a fazer lista de pecados, mas a saber diferenciar o sentido da liberdade fora da casa paterna e no interior dela. Saber que a culpa deve ajudar a reconhecer as fragilidades e o pecado para assumi-los no

caminho da conversão. Há que ajudar o catequizando a compreender a grandeza do perdão de si e dos outros na experiência da misericórdia. Saber fazer memória afetiva dos pecados para esquecê-los na medida do amor. É isso que liberta a alma humana.

À guisa de conclusão

Não sei se este artigo ajudou a repensar a política do perdão como tínhamos proposto. Contudo, tive a intenção de proporcionar uma nova atitude diante do pecado. Não se trata de perder a noção do pecado, do rompimento com Deus e sua misericórdia, de esconder-se dele, mas de entender que pecar é algo que rompe o núcleo interior da espiritualidade, e não uma lista de acusações que se fazem ao confessor na tentativa de encontrar alívio para atos que ainda não foram perdoados no interior de si mesmo.

Para muitos, sobretudo crianças, a confissão é um sofrimento traumático, porque o confessor é mais juiz que presença do Senhor que acolhe e perdoa. Precisamos mudar essa realidade. Há pecados mortais que precisam do sacramento e há fragilidades que necessitam de uma ajuda espiritual e profissional mais profunda. Confundir ambas as realidades é perpetuar a culpa ou desculpar-se delas sem procurar as mediações de cura. Lembrando que a confissão é sacramento de cura, cuja “matéria remota do sacramento da Penitência não são propriamente os pecados, mas sua manifestação externa pelo penitente” (HORTAL, 2000, p. 143).

Então, fazer a experiência de ser perdoado significa que estamos num caminho de conversão, purificação, do fogo do amor de Deus que purifica, como dizia muito bem Santa Catarina de Gênova.

É importante observar que, na sua experiência mística, Catarina jamais tem revelações específicas sobre o purgatório



ou sobre as almas que ali estão a purificar-se. Todavia, nos escritos inspirados pela nossa santa, é um elemento central, e o modo de o descrever tem características originais em relação à sua época. O primeiro traço original diz respeito ao “lugar” da purificação das almas. No seu tempo, ele era representado principalmente com o recurso a imagens ligadas ao espaço: pensava-se num certo espaço, onde se encontraria o purgatório. Em Catari-na, ao contrário, o purgatório não é apresentado como um elemento da paisagem das vísceras da terra: é um fogo não exte-

“A catequese como processo iniciático para a política do perdão não pode ensinar a fazer listas de pecados à luz dos dez mandamentos, mas a entender o núcleo da espiritualidade cristã.”

rior, mas interior. Este é o purgatório, um fogo interior. A santa fala do caminho de purificação da alma, rumo à plena comunhão com Deus, a partir da própria experiência de profunda dor pelos pecados cometidos, em relação ao amor infinito de Deus (BENTO XVI, 12 jan. 2011).

É nesse ato de purificação, purgatório, o cuidar e comer com os porcos, como na parábola dos “dois irmãos”, que vamos rever

nossas ações e fazer o caminho da conversão à casa do pai. É a experiência de ser cada dia mais puro, mais humano e mais santo. ●

Bibliografia

BENTO XVI. *Jesus de Nazaré, do batismo no Jordão à transfiguração*. 1ª parte. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

BENTO XVI. Catequese sobre as santas mulheres do cristianismo. Disponível em: <www.vatican.va>. Consulta em: 12 jan. 2011.

FRANCISCO. *Misericordiae Vultus, bula de proclamação do Jubileu da Misericórdia*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Loyola/Paulus, 2013.

GRÜN, Anselm. *Perdoa a ti mesmo*. Tradução de Márcia Neumann. Petrópolis: Vozes, 2005.

HORTAL, Jesús. *Os sacramentos da Igreja na sua dimensão canônico-pastoral*. São Paulo: Loyola, 2000.

JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Dives in Misericordia*, sobre a Misericórdia Divina. Disponível em: <www.vatican.va>.

SBERGA, Adair Aparecida. *A formação da pessoa em Edith Stein: um processo de conhecimento do núcleo interior*. São Paulo: Paulus, 2014.



A missão presbiteral para uma Igreja em saída e a superação da autorreferencialidade eclesial

Dom Pedro Brito Guimarães*

O papa Francisco quer uma Igreja em saída, uma Igreja nas ruas, fora da zona de conforto e da onda da autorreferencialidade. Mas, segundo Aparecida, “falta espírito missionário em membros do clero, inclusive em sua formação” (DAp 100 e). O que fazer para a superação dessa autorreferencialidade eclesial?

Introdução: a missão, o maior desafio da Igreja

“Como gostaria de encontrar as palavras para encorajar uma estação missionária mais ardorosa, alegre, generosa, ousada, cheia de amor, até o fim, e feita de vida contagiante.” Faço minhas essas palavras do papa Francisco para iniciar este artigo que me foi sugerido pelos editores da Revista *Vida Pastoral* e cobrado por alguns amigos que me disseram que não falei de missão no artigo que escrevi no ano passado. Falando aos participantes da Assembleia Geral das Pontifícias Obras Missionárias (5 jun. 2015), assim se expressou o papa: “o anúncio do Evangelho é a primeira e constante preocupação da Igreja, é o seu compromisso essencial, o seu maior desafio e fonte de renovação”. A missão foi, é e sempre será o maior desafio da Igreja. No dia em que a Igreja resolver renunciar à agenda missionária, nada mais lhe restará a fazer aqui na terra.

*Arcebispo de Palmas – TO. E-mail: dompedrito@msn.com



O problema maior da Igreja não é, como alguns pensam, a realidade sociocultural e religiosa; não são as distâncias geográficas, a falta de estrutura e de recursos econômicos e humanos. O que a impede mesmo de cumprir bem a sua missão é a falta de missão. Todos esses desafios decorrem da missão. Não é difícil cuidar pastoral e administrativamente de uma paróquia. O grande desafio é cuidar da missão e gerar cultura missionária. O desafio maior que recai sobre nossos ombros é transformar as estruturas paroquiais em algo decididamente missionário (cf. DAp 370). Não é difícil celebrar sacramentos: eucaristia, batismo, matrimônio, penitência e unção dos enfermos. O desafio imperioso é transformar essa prática sacramental milenar em missão, capaz de gerar esperança e vida nova no coração das pessoas. Não é difícil alimentar a vida do povo com práticas devocionais. Difícil mesmo é converter essas práticas em missão. Não é difícil conseguir dinheiro na Igreja. O desafio maior é aplicar esse dinheiro na missão. A missão não é enfeite, adorno, luxo, nem lixo na vida da Igreja.

A missão é a essência e a natureza da Igreja (RM 62). A raiz missionária da Igreja está no Mistério Trinitário de um Deus que, sendo Uno, é, ao mesmo tempo, Trino: um Deus família, amor e comunhão. Um Deus que, desde toda a eternidade, nos pensou e nos quis para viver na sua intimidade. A Igreja existe no mundo para anunciar a boa-nova do Reino de Deus ao coração das pessoas, a fim de que todos sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade (cf. 1Tm 2,4).

Antes de ser teológica, a missão é antropológica. “A missão no coração do povo não é uma parte da minha vida, ou um ornamento que posso pôr de lado; não é um apêndice ou um momento entre tantos outros da minha vida. É algo que não posso arrancar do

meu ser, se não me quero destruir. Eu sou uma missão nesta terra, e para isso estou neste mundo” (papa Francisco, EG 273).

Jesus não amenizou nem idealizou a missão. Ele disse que seria desprezado, torturado, morto e sepultado por causa da missão. Ele consagrou radicalmente sua vida à missão recebida do Pai: construir o Reino nos caminhos da história. Disse que os apóstolos enfrentariam os mesmos desafios que ele enfrentou por causa da missão. E, por fim, disse ainda

que o Reino sofreria violência por causa da missão. Jesus não diminuiu as exigências do Reino para satisfazer o desejo de vida fácil e de comodidade dos discípulos. Não prometeu vida fácil aos seus seguidores. Prometeu algo muito maior e mais significativo: a vida eterna. Nossas alegrias na missão não são advindas dos nossos méritos, de nossas boas e belas ações,

mas da certeza de que Jesus recompensará aqueles que neste mundo se dedicam à construção do Reino. A grandeza de nossa vida não consiste em assumir a lógica das grandezas do mundo, do prestígio, da fama e do poder. Como Jesus, devemos ser servos, lavar os pés uns dos outros. Devemos descer até o nível de Jesus para entrar na verdadeira grandeza, a grandeza de Deus, que é a grandeza do amor livre e gratuito.

**“A grandeza
de nossa vida
não consiste em
assumir a lógica
das grandezas do
mundo, do prestígio,
da fama e do poder.”**

1. Um dia missionário de Jesus (Mc 1,1-39)

Que Jesus foi o missionário, ninguém, de sã consciência, pode duvidar e negar. Ele foi e sempre será o primeiro evangelizador e missionário do Pai. Tanto assim que os evangelistas reservam uma parte de seus evangelhos para apresentar um sumário dessa sua atividade missionária. Podemos, então, nos perguntar: como resumem os evangelhos a jornada missionária de Jesus? Como foi o seu



dia a dia missionário? O que fazia? Quais atitudes ele assumiu? Com qual espiritualidade? Quais foram os lugares por onde Ele passou? Com quem Jesus mais gostava de se encontrar?

Jesus foi ao deserto, para onde ia muita gente, sedenta de mudanças. Não foi a um lugar qualquer, mas onde estava João, o “baptizador”, que convocava o povo para mudanças corajosas, seja na religião, seja nas relações sociais e políticas. Jesus pediu o batismo de adesão ao movimento popular religioso de renovação. No relato do seu batismo são reveladas as três características da sua missão: a sua identidade (“Este é o meu Filho Amado”), a sua autoridade (“Nele está o meu agrado”; “escutem o que ele diz”) e a sua missão (“O Espírito desceu em forma de pomba e logo o impeliu para o deserto”). Jesus não teve mais dúvidas: havia chegado a hora de tornar pública a sua missão. Ao saber da prisão de João, Jesus, indignado e movido pela misericórdia, em favor do povo ferido, oprimido e machucado, acelerou os tempos, lançou a missão, recebida do Pai, na praça de Cafarnaum (Mc 1,14-15). Convocou uma primeira equipe missionária (Simão, André, Tiago, João) e logo partiu para a missão (Mc 1,16-20). Essa é a primeira ação missionária de Jesus. Este também deve ser o primeiro ato missionário da Igreja: convocar as pessoas, nucleá-las, formá-las e convencê-las de que vale a pena ser e viver como missionário. Na missão, esta fase coincide com o aquecimento, a preparação, os primeiros contatos, a motivação, as visitas e as reuniões. Trata-se, pois, do tempo da sensibilização, da motivação, da mobilização, do despertar, da tomada de consciência da realidade sociorreligiosa, da seleção e preparação dos missionários, da formação das equipes, da organização do calendário, do mapeamento dos setores missionários, da realização dos retiros e de outros eventos da formação dos missionários.

As sete chaves do dízimo Segredo a ser descoberto

Padre Jerônimo Gasques



O dízimo é um caminho que se aprende por meio da realização da experiência em conjunto, que nem sempre é fácil – seja em razão dos obstáculos que surgem, seja por causa da dificuldade de reflexão e entendimento. As chaves significam segredos escondidos que podem ser revelados, remetendo a portas que podem ser abertas quando se confia na verdadeira Palavra de Deus, que jamais falha.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Mas, como foi mesmo a primeira jornada missionária de Jesus? Jesus foi à sinagoga, bem cedinho, ou seja, à Casa da Palavra (Mc 1,21-28). O seu dia missionário começa propriamente com a oração, na sinagoga, assim como terminará esse mesmo dia missionário de madrugada, também em oração (Mc 1,35). Não se faz missão sem oração. Missão se faz com os joelhos dobrados. Jesus, antes de qualquer ação, rezava ao Pai. Por isso, ir à igreja para ouvir e meditar a Palavra de Deus, para rezar, colocando diante de Deus nossa vida, nossas inquietudes, os problemas que afligem nossa vida pessoal e comunitária, é a primeira ação missionária. A maior caridade pastoral que o presbítero deve fazer é ensinar o povo a rezar. Jesus ensinou os apóstolos a rezar. Deu-lhes de presente a sua oração, a oração do Pai-Nosso. O Catecismo da Igreja Católica nos diz que o Pai-Nosso é o resumo de todo o Evangelho (CIC, 2761). A eficiência de nossa ação missionária depende da qualidade e da intensidade de nossa oração.

Na sinagoga, Jesus expulsa um espírito impuro. O que significa isso? Jesus purifica o ambiente, para deixar espaço à missão. O que os fariseus ensinavam na sinagoga estava contaminado de preconceitos e de mentalidade legalista e moralista. Jesus desmascarou uma religião hipócrita, que dividia as pessoas em puras e impuras. Em seguida, saindo da sinagoga, entrou na casa de Pedro (Mc 1,29-34). Esse é o segundo espaço missionário que Jesus visita. Ali ele encontra a sogra de Pedro doente. Jesus se aproxima dela, toma-a pela mão, levanta-a da cama e a cura da febre. A missão cura, liberta, salva, livra as pessoas da febre e de todos os males. O melhor da graça é a ação de graça. A sogra de Pedro, livre da febre, começou a servir Jesus e seus discípulos. Essa é a finalidade do milagre

e da cura. Passar a servir Jesus é o maior milagre que pode acontecer na nossa vida. Missão é servir. Portanto, o melhor da missão de Jesus, bem como da nossa, é recuperar a dignidade humana perdida e colocar a pessoa em estado de serviço e de missão.

O dia missionário de Jesus continua. Ao cair da tarde, quando já tinha passado o dia de sábado, cheio de proibições (terminava pelas 18h00), muita gente, doente, perturbada, juntava-se no meio da rua, perto da casa de Pedro, onde estava Jesus. Ali na rua, Jesus atendeu a todos. Curou os doentes e expulsou os demônios. Muita gente se alegrou. Foi um dia muito cansativo, mas cheio de vida

“Os enviados devem ser pessoas de oração, conscientes de que a colheita depende da graça de Deus, e não unicamente da força dos operários.”

nova, de grande esperança. Jesus fez crescer a autoestima adormecida no meio do povo. Um grande milagre. Foi um dia cheio das surpresas de Deus. O dia terminou, mas a missão ainda não acabou. Missão começa na terra e só termina no céu. E se lá não chegar não é culpa de Jesus, é culpa nossa. Esse dia missionário de Jesus deve servir de modelo de missão para a Igreja. E ele o deixa como testamento para nós.

O que ele fez e falou constitui o itinerário da semana missionária. A fonte de inspiração de qualquer missão é Jesus Cristo, o Missionário do Pai, o primeiro evangelizador e criador do espírito missionário da Igreja. É nesse sentido que se entende o que disse o papa Francisco aos membros das Pontifícias Obras Missionárias: “com tantos planos e programas, não deixem Jesus fora da obra missionária”.

Comumente, quando termina um dia de trabalho, quando cai a noite, não queremos ver mais ninguém, fazer mais nada, a não ser tomar um bom banho, descansar, relaxar e dormir. Jesus age missionariamente, de maneira diferente. Depois de um dia inteiro de missão, ainda tem disposição para cuidar dos doentes. E em seguida, de madrugada, quan-



do ainda estava escuro, ele foi encontrado no deserto e em oração. E disposto a ir às outras comunidades que ele ainda não havia atendido pastoralmente. Madrugada, deserto, solidão, silêncio e oração são tempos, lugares e atitudes sagrados para a missão. Na missão, este é o tempo de avaliação, de colher os frutos, de articular as forças e de organizar os serviços e ministérios e elaborar o projeto de evangelização para seguir em frente.

2. O falimento de uma vocação missionária (Jn 1,1-4,11)

“Esta geração perversa e adúltera busca um sinal, mas nenhum sinal lhe será dado a não ser o sinal do profeta Jonas” (Mt 13,39). Que sinal é esse e o que ele representa para a nossa missão hoje? Quem responde a essa pergunta é o papa Francisco: “uma grave doença ameaça hoje os cristãos: a ‘síndrome de Jonas’, que nos faz sentir perfeitos e limpos, como acabados de sair da lavanderia, ao contrário daqueles que julgamos pecadores e, por conseguinte, condenados a desenrascar-se, sem a nossa ajuda. Jesus recorda que, para nos salvarmos, é necessário seguir ‘o sinal de Jonas’, isto é, a misericórdia do Senhor” (*L'Osservatore Romano*, 15 out. 2013).

Na missão, precisamos refazer a travessia de Jonas, passar de barco pela fuga, pela desobediência, pela pequena rebeldia, pelo afofamento. O livro de Jonas, que na verdade não é nem um livro, nos moldes dos profetas, mas um conto, uma novela, que tem como enredo principal a experiência falida da vocação de um profeta. No miolo da narrativa desse conto encontramos a concepção de Deus quase banalizada. Esta é apenas a concepção de Deus de uma época ou é também a do nosso tempo?

Sabemos que o povo de Israel foi, por muitos anos, exilado. E foi essa experiência de exílio que o fez compreender que Deus não é um Deus localizado, que pode ser do-

CD Clássicos de Páscoa

PAULUS Música



Este CD Clássicos de Páscoa reúne a tradição musical da celebração pascal ao talento do arranjador, premiado compositor e pianista virtuoso Miguel Briamonte, que executa as mais belas canções ligadas às festividades da Páscoa. As quinze faixas do CD, entre elas “Se Deus é por nós”, “Aleluia” e “Eu sei que o meu Redentor vive”, deixarão a sua Páscoa e a da sua família ainda mais feliz!

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





mesticado ou manipulado. Esta mesma experiência o fez compreender que o Deus dos pais é o Deus de toda a humanidade, que se revela em qualquer lugar, a qualquer pessoa (Jo 4,21-24), e não a um grupo de privilegiados. Compreendemos isso através do chamado de Jonas. Vejamos:

Jonas foi chamado por Deus duas vezes (Jn 1,1-4; 3,1ss). No primeiro chamado, a sua resposta manifestou sinal de uma vocação falida. Jonas, ao ouvir o chamado de Deus, foge para longe do Senhor. Mas dele não se pode fugir. Ele está em todo lugar, em qualquer resposta, mesmo quando dizemos não. Em qualquer lugar que estivermos, estaremos na janela da casa do nosso Pai. Jonas é chamado para salvar Nínive, cidade grande, pecadora e carente da misericórdia de Deus. Mas como é a “casa do inimigo”, foge para longe da presença de Deus (segundo a *Bíblia de Jerusalém*, Târsis significa fim do mundo, o lugar mais distante). A ideia de Deus que Jonas tem é a de um Deus localizado, preso aos espaços geográficos, a de um Deus somente de seus pais. Deus quer a salvação de Nínive, enquanto Jonas quer a sua destruição, pois a considera a encarnação do inimigo. Por isso não se importa que ela seja destruída e não se salve. Esse olhar de desconfiança está presente na atitude desobediente de Jonas.

Jesus tem atitudes bem distintas das de Jonas. Enquanto Jonas foge para longe do inimigo, Jesus reza pelos seus inimigos (Lc 23,34); pede pela unidade dos seres humanos (Jo 17,1ss), fazendo com que seus discípulos entendam que o princípio básico da missão é a unidade. Jesus, passando pela Samaria, constata que judeus e samaritanos “não se dão” (Jo 4,9) e se revela como o Salvador da humanidade. Diante da Samaritana, que lhe pergunta onde e como adorar a Deus, ele responde categoricamente: em qualquer

lugar, em espírito e verdade. Jonas, preso aos seus esquemas mentais e à sua ideia errada de Deus, resiste em agir missionariamente, em favor da conversão dos ninivitas. Mas Deus, rico em ternura e em misericórdia, não se cansa de insistir com Jonas para que vista a veste da missão e trabalhe pela salvação do povo que lhe foi confiado. Quantas vezes também nós temos mentes estreitas e corações pequenos diante dos apelos de Deus.

Quanto nos custa entender que a verdade de Deus é maior do que nossa “verdade”; que os caminhos de Deus não são os nossos caminhos. Quantas vezes, como Jonas, não entendemos que Deus “nunca nos trata conforme nossos pecados, nem nos devolve segundo nossas faltas” (Sl 103,10). Portanto, assim como existe o caminho da dispersão, existirá sempre o caminho da pro-

ximidade e da aproximação. Será que não estamos imitando Jonas? Os padres do deserto diziam que o maior pecado era o da “ganância de Deus”. E hoje, qual será? Como Jonas, será que, com algumas das nossas atitudes, não estamos dificultando a chegada do Reino de Deus?

Nesta fuga da missão, o barco afunda, enquanto o profeta dorme (vv. 5-16). Enquanto os marinheiros, que eram pagãos, invocam seus deuses, Jonas dorme. Os marinheiros foram mais dóceis à voz de Deus do que Jonas, seu profeta. Jonas só reza quando está no ventre do peixe. Ali é que ele vai entender que Deus é o Salvador de todos os povos. A tempestade foi um meio para Jonas buscar novamente a Deus. O sofrimento é provocador e purificador. Parece que certas facetas do mistério de Deus só somos capazes de perceber na doença e no sofrimento. Não foi essa, por acaso, a percepção de Jó, depois de ter experimentado todo tipo de sofrimento? Assim ele se expressa: “Senhor, eu te conhecia só de ouvir, mas agora meus olhos te

“Com tantos planos e programas, não deixem Jesus fora da obra missionária”.



veem” (Jó 42,5). Também Jonas só se torna dócil ao chamado de Deus no sofrimento, depois da oração. Portanto, não há como fugir de Deus, não há espaço para a fuga. O livro de Jonas é construído em cima disso. Assim termina o primeiro chamado e as resistências a um projeto vocacional missionário.

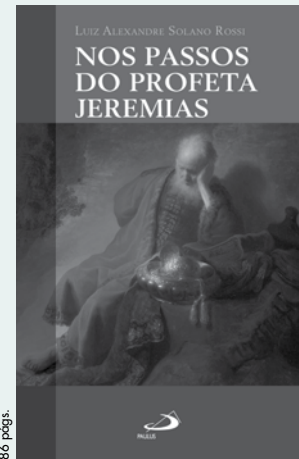
Novamente Deus chama a Jonas (Jn 3,1ss). Depois do primeiro fracasso, Jonas se converte e faz três dias de caminhada pastoral, em apenas um dia. A notícia chega até o palácio do rei, e todos se convertem e fazem penitência. Nínive pecadora foi mais dócil à Palavra de Deus do que o profeta Jonas. Aqui está a raiz da fé cristã: Deus é misericordioso com o diferente, o pecador. Deus ama Nínive, o mundo, os pagãos, a todos. O presbítero missionário deve imitar a Deus nos seus gestos de ternura e de bondade. Sua relação com Deus não deve ser marcada pelo interesse, mas pelo amor e pela gratuidade.

Aqui começa uma nova reação e um novo desafio para Jonas (Jn 4,1ss). Atendendo ao chamado de Deus, Jonas trabalha para Nínive se converter e quando se converte, Jonas não gosta, fica irado e quer morrer. Deus reage à ira de Jonas com o sinal da mamoneira. Jonas faz dela a sua tenda de desgosto e nela vai habitar. Em qual tenda de desgosto frequentemente habitamos? Que planta nos dá aparente segurança? Quando a mamoneira não lhe dá mais sombra, Jonas chora e pede novamente a morte. Chorar por uma planta que morre e deixar de chorar por cento e vinte mil pessoas que estão em perigo de ser condenadas é o falimento total de um projeto missionário. Quantas vezes também invertemos nossa escala de valores, privilegiando o que é vil e desprezível e deixando de lado o que é justo, santo, nobre e verdadeiro.

Assim termina a “novela” de Jonas e começa a nossa. Jonas é um inconformado com a misericórdia de Deus. Nós não devemos ser assim, sob pena de irmos contra o evangelho de Jesus. A missão surpreende o missionário,

Nos passos do profeta Jeremias

Luiz Alexandre Solano Rossi



Jeremias nos ensina a dar passos para dentro da história e a encarnar seus conflitos e dores, sonhos e esperanças. Mas, acima de tudo, ensina-nos a caminhar com o projeto de Deus no coração. Cada passo nesse sentido também significa caminhar em direção a Deus. Assim, aprendemos que é necessário assumir um compromisso com a história, e não negá-la. Jeremias fazia do cotidiano o lugar preferencial do encontro com Deus. Para ele, a construção de um melhor relacionamento com Deus passava pela maneira como as pessoas se relacionavam umas com as outras.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





corrige seus pensamentos, purifica suas ideias, santifica sua vida. O nosso chamado missionário, decorrente do nosso batismo e da nossa vocação presbiteral, não é um caminho fácil de ser traçado. A espiritualidade do desapego, que leva em conta a obediência à vontade do Senhor, não é fácil de ser vivida. Pode acontecer conosco o que ocorreu com Jonas: “Jonas serviu o Senhor, rezou muito e fez o bem, mas quando o Senhor o chamou, ele fugiu. Ele tinha a sua história já escrita e não queria ser incomodado. [...] Todos podemos fugir de Deus. Não escutar a Deus, não sentir no coração a sua proposta, o seu convite, é uma tentação cotidiana. Pode-se fugir diretamente ou de outras maneiras, um pouco mais educadas, mais sofisticadas...” (papa Francisco, *L'Osservatore Romano*, 15 out. 2013).

3. Um breve manual de instrução do missionário (Lc 10,1-12)

Há no Evangelho de Lucas um sumário, por sinal muito bem-feito, que poderia ser chamado de “manual de instrução” para uso do discípulo missionário. Jesus nos deixou esse manual para nos orientar na missão (Lc 10,1-12). Lucas está apresentando o segundo ciclo de expansão missionária. O primeiro foi o envio missionário dos doze apóstolos (Lc 9,1-6). O segundo, o envio missionário dos setenta ou setenta e dois discípulos, dependendo do manuscrito. Setenta é um número simbólico, que representa os povos do mundo (cf. Gn 10,2-31; Nn 11,16-30; Dt 32,8; Ex 1,5), indicando que a missão de Jesus é para todos os povos da terra. Jesus instrui os seus discípulos no serviço que eles deverão prestar à humanidade. Enquanto a geografia se alarga, o esquema de instrução permanece o mesmo. O verbo usado para de-

signar essa missão é o mesmo da missão apostólica: “enviou-os à sua frente, para onde Ele devia ir”. Há aqui uma bonita definição do discípulo missionário: “aquele que vai à frente de Jesus, que o precede como precursor” (Lc 10,1). O que mais surpreende é que Jesus não diz o que eles devem levar, mas o que eles não devem levar nem fazer. Nesse manual do envio missionário dos setenta e dois discípulos, são indicadas dez atitudes missionárias e empenhos essenciais para uma grande missão:

“Quantas vezes também invertemos nossa escala de valores, privilegiando o que é vil e desprezível e deixando de lado o que é justo, santo, nobre e verdadeiro.”

a) Setenta e dois: em duplas (Lc 10,1). O envio, dois a dois, é uma forma de paridade, de parceria, de apoio mútuo, de testemunho de colegialidade e de corporação viva, evitando-se assim a tentação do isolamento, do individualismo e da dispersão. “Dois” é um número muito recorrente na Bíblia: a entrada na arca de Noé foi de dois em dois (Gn 7,9); dois são os pesos, duas são as medidas abomináveis pelo Senhor (Pr 20,10.23); sem com-

binação, duas pessoas não podem andar juntas (Am 3,3); caminhar dois quilômetros com quem pedir (Mt 5,41); não servir a dois senhores (Mt 6,24; Lc 16,13); dois de acordo, dois reunidos (Mt 18,19-20); dois, uma só carne (Mt 19,5; Mc 10,8; Ef 5,31); dois no campo (Mt 24,40); duas moedas da viúva (Mc 12,42; Lc 21,2); o véu do templo rasgou-se em dois (Mt 27,51); Jesus manifestou-se a dois (Mc 16,12); serão os dois um só coração (1Cor 6,16) etc. Por fim, “é melhor estarem dois juntos do que um sozinho, porque tiram vantagem do seu trabalho: se um cair, será apoiado pelo outro. Ai de quem está sozinho: quando cair, não terá quem o ajude a levantar-se” (Ec 4,9-10).

b) Pedi (Lc 10,2): **a oração**. A oração é a fonte da pregação, da ação e da missão de



Jesus. Tudo em Jesus brota, como de uma fonte, da união e do diálogo entre ele e o Pai. Tudo na missão começa com a oração por mais operários para a messe. A missão é graça e só pela oração é alcançada. A missão é de Deus. Os enviados devem ser pessoas de oração, conscientes de que a colheita depende da graça de Deus, e não unicamente da força dos operários. A fecundidade da missão nasce do contato vivo e pessoal com Deus.

c) Como cordeiros para o meio de lobos (Lc 10,3). O anúncio missionário deve ter precedência sobre o medo e outros condicionantes. Os enviados não devem temer a oposição dos que se sentem incomodados com a proposta do evangelho. O cordeiro doa, o lobo devora. A defesa contra os “lobos” não deve ter a marca da violência. O Papa Francisco diz que esta é parte integrante da identidade do cristão: “o Senhor nos manda como cordeiros em meio aos lobos, advertindo que contra eles não se deve usar a força, mas fazer como fez Davi, que usou uma brecha e venceu a batalha”. Segundo ainda o papa, os discípulos devem permanecer na missão como cordeiros e nunca devem se tornar como lobos. Nunca tolo, mas sempre cordeiro. Com a astúcia cristã, mas sempre cordeiro.

d) Sem bolsas e sem sacolas: a pobreza. A missão de Jesus tem as marcas do despojamento, da gratuidade, da renúncia e da pobreza. Renúncia à segurança e à comodidade para dar credibilidade e testemunho à mensagem. Mas recebendo em troca um lugar à mesa e na casa. Ele foi o primeiro a viver assim: sem dinheiro, sem provisões, sem bastão, descalço e sem túnica de reposição. A pobreza missionária é riqueza de Deus.

e) A paz: a paz é levada e dada com mansidão, e não simplesmente com palavras. Não é a formalidade da saudação que interessa na missão. Aliás, a formalidade não faz parte do pacote missionário. Esta, quando bem recebida, se torna bênção; quando não, se transforma em maldição.

História do movimento cristão mundial

Volume II – O cristianismo moderno de 1454 a 1800

Dale T. Irvin e Scott W. Sunquist



O volume II dá continuidade à história do Cristianismo a partir da Era Moderna. Começando pela expansão missionária do século XV, a obra mostra a fratura do movimento cristão entre as Igrejas católica, ortodoxa e protestante; o impacto do colonialismo moderno e a emergência de uma nova realidade global; as guerras religiosas, o impacto do Iluminismo, o crescimento do Cristianismo na América do Norte e o movimento missionário moderno. A obra enfatiza a expressão do Cristianismo em diversas culturas e o papel da cristandade na formação de distintas identidades nacionais.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





f) Hospedagem nas casas. A missão de Jesus tem também as marcas da urgência e da prioridade. Não se deve perder tempo com questiúnculas periféricas. A recomendação do manual é de passar de casa em casa, sem saudar as pessoas, sem se instalar na comodidade, para não perder tempo, nem mesmo com as saudações demoradas. A Igreja é hóspede da casa alheia. Não possui casa própria, não tem morada permanente. Aqui se aplica bem o axioma eclesiológico do papa Francisco, de uma Igreja em retirada, em saída missionária. “As Igrejas e as instituições com as portas fechadas não devem se chamar igrejas, mas museus!” (papa Francisco, Audiência do dia 9 de setembro de 2015).

g) O salário do operário. A missão de Jesus é para a cidade e as vilas, onde comumente nós estamos. Os missionários devem confiar na generosidade que a mensagem provocará no coração das pessoas. Como disse o papa Francisco, aos membros das Pontifícias Obras Missionárias (*loc. cit.*): “o dinheiro é um auxílio, mas pode se tornar também a ruína da missão. Uma Igreja que se reduz à eficiência dos aparatos de partido já morreu, mesmo que as estruturas e os programas em favor dos clérigos e dos leigos ‘auto-ocupados’ durem ainda por séculos”.

h) A cura dos doentes. Lucas, “o médico amado” (Cl 4,14), apresenta Jesus como o amigo dos pecadores, o consolador dos que sofrem e o curador dos doentes. Para Orígenes e para Jerônimo, Jesus era o médico dos médicos. No manual de instrução dos discípulos missionários, a cura dos doentes é recomendada. A missão é terapêutica: cura, liberta, salva e regenera. Muitas doenças são curadas na e pela missão. O missionário é finalmente um curador de almas e de corações.

i) O Reino está próximo: o anúncio. Jesus é a fonte de tudo o que a Igreja é e de

tudo em que ela crê (DV 8, DGAE, 4). O Reino é centro da missão de Jesus. Aliás, o Reino é Jesus e sua mensagem. Não há missão sem o anúncio deste Reino. Anunciar que o Reino está próximo é o mesmo que dizer que Deus está perto de nós. O missionário é o cidadão do Reino. A sua tarefa principal é anunciar o Reino.

j) Sacudir a poeira dos pés. Embora não seja educadamente para o nosso tempo, esta atitude é profundamente bíblica e missionária (Lc 9,4; 10,11; At 13,51). Significa que a missão foi cumprida, o evangelho foi vivido, Jesus foi testemunhado. A decisão, a responsabilidade e o empenho agora são de quem

recebeu a missão, ouviu o evangelho e viu o testemunho de Jesus.

Concluindo, a missão é um carisma, um dom e uma graça divinos. Podemos resumir a missão cristã e presbiteral em três empenhos essenciais: a oração, o anúncio e a pobreza. E tudo se conclui com a revelação da força e da alegria missionárias (Lc 10,17-20).

“Podemos resumir a missão cristã e presbiteral em três empenhos essenciais: a oração, o anúncio e a pobreza.”

4. O encantamento, o segredo da vocação missionária

A primeira grande missão cristã termina com os discípulos voltando alegres, felizes e encantados com os resultados conquistados (Lc 10,17). Jesus corrige essa euforia. Felizes sim, eufóricos não. Precisamos também nós corrigir as euforias missionárias, mesmo estando alegres e felizes. O segredo de qualquer vocação missionária está no encantamento por Jesus e sua Igreja. Não se vive sem encantamento. Ninguém segue fielmente, por muito tempo, a alguém por quem não tenha encantamento. O encantamento está na base de toda vocação à vida presbiteral. Encantamento tem tudo a ver com sedução (Jr 20,7-13; Fl



3,7-11). O segredo da vida espiritual de um presbítero missionário está no encantamento. Quem não se encanta e se apaixona por Jesus, por seu Reino, por sua Palavra, por sua Igreja, por seus pobres e por sua missão, dificilmente se manterá por muito tempo na vida presbiteral. Jesus não chamou, acompanhou e formou igualmente 12 apóstolos? Como explicar que uns progrediram e outro o traiu? Por que Judas o traiu? Por causa das pequenas rebeldias, as desobediências, as infidelidades, as teimosias, as insensibilidades e as autorreferencialidades, diferentemente dos outros apóstolos.

Então, o segredo da vida espiritual de um presbítero está na capacidade de se reencantar a cada dia, de começar sempre de novo e partir, sem olhar para trás. Para quem assim não faz, a chama da vocação se apaga e a vida vira rotina. Quem não parte, na vida espiritual, deste ponto de partida, parte sem base, sem suporte, sem rumo, sem projeto de vida e sem missão. Esta é a motivação que dá sentido a uma verdadeira vocação missionária.

O coroamento da vocação presbiteral é a missão. Sem missão não existe vocação autêntica. Para sairmos da autorreferencialidade, é exigida a prudência, a audácia, a coragem e a ousadia (Cf. DGAE 13, EG 33, 47, 85, 129, 167, 194). Aliás, missão se faz com três audácias: missionária (DAP 273), evangelizadora (DAP 549) e apostólica (DAP 552).

5. Um sonho: a distribuição equitativa dos presbíteros brasileiros

O papa Francisco quer uma Igreja em saída, uma Igreja nas ruas, fora da zona de conforto e da onda da autorreferencialidade. Mas, segundo Aparecida, “falta espírito missionário em membros do clero, inclusive em sua formação” (DAP 100 e). O que fazer para a superação desta autorreferencialidade eclesial? Um grande missionário, padre Sávio Corinaldesi, em entrevista ao Jornal *Parceiros das Missões* (n.

O gênero: uma norma política e cultural mundial

Ferramenta de discernimento

Marguerite A. Peeters



Atualmente o gênero consolida suas fundações e ganha um terreno considerável. Onde quer que uma pessoa viva dificilmente escapará hoje à influência da norma política e cultural mundial de “igualdade dos sexos” e às evoluções sociológicas ligadas à perspectiva de gênero. Este livro apresenta uma análise paciente, precisa e rigorosa sobre a ideologia de gênero, a partir de sua origem, desenvolvimento no Ocidente e suas ambições normativas mundiais.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





34, abril de 2015), utilizou palavras que traduzem o que penso sobre o momento missionário atual em que vivemos. Diz ele: “O Concílio Vaticano II tinha recordado que o anúncio do Evangelho até os confins do mundo é obrigação de todo cristão. Depois do Concílio, os papas continuaram lembrando a necessidade do empenho missionário. Mais de dois mil anos depois da sua vinda ao mundo, 70% da humanidade ainda não ouviram falar de Jesus Cristo; e dos 30% restantes, 90% precisam de uma nova evangelização. Em um mundo que criou o café descafeinado, o cigarro sem nicotina, o leite desnatado [...], *nós inventamos a ‘missão sem saída’, o ‘envio’ sem destino. Uma missão que não se aproxima das vítimas por receio de sujar as mãos ou a barra da túnica. Uma missão descompromissada assim não serve mesmo. Melhor não fazer. Infelizmente nós, muitas vezes, inventamos a “missão sem saída”, o “envio” sem destino que não comunica boa-nova e não converte ninguém.*

Finalmente, gostaria de concluir com três corretivos missionários para que evitemos “a síndrome de Jonas”, que, segundo o papa Francisco, atinge os cristãos, por tabela, os presbíteros que não têm zelo pela conversão das pessoas e que procuram a santidade de lavanderia, bem engomada, bem-feita, mas sem o zelo que nos

leva a anunciar o Senhor (missa, dia 14 de outubro de 2013).

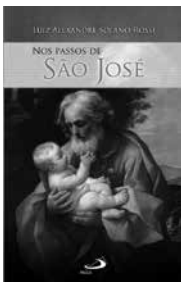
Primeiro, é urgente redefinir a identidade cristã de um presbítero gerada na missão.

Os discípulos foram considerados e chamados cristãos na missão em Antioquia (At 11,26). Não foi a Judeia nem a Galileia que os viram ungidos e parecidos com Jesus. A rigor, o presbítero também deve ser considerado cristão na missão. Segundo, **é urgente que se desenvolva mais a ligação entre a Igreja local e o**

ministério ordenado. O ministério ordenado existe para o serviço do povo de Deus, para a edificação e santificação da comunidade cristã. É na comunidade que se cria, se alimenta e fundamenta a comunhão, a participação e a colegialidade. Na missão, ninguém se autoenvia. Quem envia um missionário é a Igreja. Terceiro, **é urgente a coragem de realizar o sonho da distribuição equitativa dos presbíteros no Brasil.** Somos hoje 24.601 presbíteros no Brasil para cuidar de uma população de 204 milhões de habitantes.

Daria para cobrir equitativamente todo o território brasileiro para que ninguém ficasse sem o seu presbítero. É preciso que levemos a sério a distribuição dos presbíteros como uma questão missionária. Faltam presbíteros ou falta distribuição equitativa dos presbíteros? Faltam presbíteros ou falta espírito missionário nos presbíteros do Brasil? ●

“Quem não se encanta e se apaixona por Jesus, por seu Reino, por sua Palavra, por sua Igreja, por seus pobres e por sua missão, dificilmente se manterá por muito tempo na vida presbiteral.”



Nos passos de São José

Luiz Alexandre Solano Rossi

A vida de São José foi completamente transformada no momento em que ele se abriu para um projeto maior do que ele mesmo. Ao dizer sim a Deus, José não foi apenas o operário da primeira hora da história da salvação, mas se doou completamente a Deus e àqueles que mais amava. (72 páginas)

PAULUS,
dá gosto de ler!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.

Também na internet:
vidapastoral.com.br



Aíla Luzia Pinheiro Andrade, nj*

É necessário celebrar a reconciliação

4º Domingo da Quaresma
6 de março

I. Introdução geral

Nas leituras de hoje há um convite para a celebração e para a reconciliação. Nesse convite, está implícita a necessidade de mudarmos nossa visão sobre Deus e, consequentemente, nossa relação com ele. Deus não é como o faraó do Egito e nós não devemos manter com ele uma relação interesseira, mas de amor gratuito e filial. Somente à luz desse novo olhar para Deus é que se poderá compreender o modo pelo qual ele atua na história. Enquanto pensarmos que somos justos, faremos mau julgamento das pessoas que não seguem nossos padrões religiosos. Agindo assim, seremos incapazes de sentir a necessidade de reconciliação com Deus e com o próximo.

* Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará e em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje – BH), onde também cursou mestrado e doutorado em Teologia Bíblica. Atualmente, leciona na Faculdade Católica de Fortaleza. É autora do livro *Eis que faço novas todas as coisas – teologia apocalíptica* (Paulinas). E-mail: aylanj@gmail.com.



II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Lc 15,1-3.11-32): Celebraram o retorno do filho à casa paterna

Em Lc 15 está a chave de interpretação da obra de Jesus: Deus sai à busca do perdido. Os vv. 1-3, que são introdutórios, apresentam o contexto e a motivação das parábolas. Os cobradores de impostos e os pecadores se aproximam de Jesus para ouvi-lo, enquanto os fariseus e os escribas criticam a atitude de Jesus, que toma refeição com os pecadores. Sabe-se que participar da mesma mesa significa comungar das ideias e do estilo de vida. Ao partilhar a refeição com os pecadores, Jesus põe em jogo sua reputação de homem de Deus. Mas as parábolas que ele contará vão contrapor-se às murmurações dos seus adversários, mostrando a ação do Pai que se reflete na atuação de Jesus.

O texto se divide em duas cenas: o filho mais jovem (15,11-24) e o filho mais velho (15,25-32). Estas são unidas pela ação do pai, o protagonista de todo o relato. O ponto central é o encontro com o pai, comentado pelo refrão que sela toda a cena: “Este meu filho estava morto e tornou a viver, estava perdido e foi encontrado” (15,24).

Os vv. 11-16 narram a situação do filho mais novo. Sua emancipação e o desperdício de sua herança. A herança não significa exatamente bens materiais, mas tudo o que sustenta a vida. O filho mais novo se distancia, rompe com o pai; vai para uma terra longínqua, dissipa os bens e, finalmente, chega a uma situação desumana, pois cuidar dos porcos é o nível mais baixo que um judeu poderia descer em sua dignidade. Fato mais agravante é não poder alimentar-se sequer da ração destinada a esses animais.

Os vv. 17-21 narram o processo de retorno à casa paterna. Inicialmente, com a

tomada de consciência sobre a vida digna que poderia ter na casa do pai como empregado. A lembrança da fartura é contraposta à sua situação de fome e miséria. Num primeiro momento, é a fome que o impele a voltar para casa. Mas, sabedor de seu erro, reconhece que não é digno de ser acolhido como filho. Por fim, recordando-se da bondade do pai, que não maltratava seus empregados, retorna em busca de pão. O pai, ao avistá-lo, corre-lhe ao encontro, movido de compaixão, envolve-o num abraço e cobre-o de beijos – ou seja, acolhe-o como filho amado. Ordena aos empregados que tragam roupa nova, joia e sandália, para que o filho seja restituído em sua dignidade filial. Em seguida, exige que se celebre o retorno à vida. É a alegria pelo pecador que foi convertido, pelo perdido que foi encontrado. Aqui se justifica a atitude de Jesus em partilhar a refeição com os pecadores.

Nos vv. 25-32 entra em cena o filho mais velho. Este se ressentia porque o pai acolheu o filho mais novo sem reservas. O ressentimento o leva a manter-se fora, a não comungar com a atitude paterna, e por isso até critica o pai. Este sai ao encontro desse filho também e suplica-lhe que entre, pois é necessário alegrar-se e festejar o retorno do filho mais jovem. Contudo, o filho mais velho está enciumado porque não mantém com o pai uma relação afetiva, mas, sim, servil.

A narrativa termina com um convite para celebrar o retorno do pecador arrependido. Jesus mostra que o Pai sai à busca dos perdidos e festeja porque são resgatados. Essa era também a atitude de Jesus e deve ser a nossa.

2. I leitura (Js 5,9a.10-12): Reconciliaram-se com o Senhor celebrando a Páscoa

Embora o Senhor tenha sido sempre fiel, a aliança ficou parcialmente interrompida por causa da desobediência daqueles que saíram do Egito. Conforme o versículo 9, a en-



trada na terra prometida faz que Deus remova definitivamente a vergonha do povo. Considerando a expressão “opróbrio dos egípcios”, os mestres judeus interpretam que os egípcios escarneciam dos hebreus peregrinos no deserto, duvidando que Deus lhes cumprisse a promessa.

A Páscoa não havia sido celebrada no deserto. Agora, nova geração de hebreus reconcilia-se com Deus, retomando a aliança e o projeto divino. A celebração da Páscoa na terra prometida é renovação da aliança e reinaugura o processo histórico salvífico para o povo de Deus. Na festa da Páscoa, os hebreus celebram, principalmente, a gratuidade do Senhor, que os amou e os libertou da escravidão, os alimentou e lhes deu uma terra onde pudessem viver com dignidade.

Portanto, o texto enfatiza esse novo começo, essa nova etapa na vida e na história de Israel que implicava uma ruptura com a desobediência do deserto. A celebração da Páscoa atualiza, ritualmente, a libertação da escravidão, mas também serve para fazer memória da história, aprender com os erros e solidificar a fidelidade a Deus.

Além de enfatizar a reconciliação na celebração da Páscoa, o texto ressalta que os hebreus comeram do produto da terra e depois disso o maná cessou (vv. 11b e 12a). Esse detalhe mostra uma mudança. O povo passou do maná providenciado durante a peregrinação no deserto para o alimento que era fruto da terra. Assim como o maná, o fruto da terra é símbolo da provisão generosa de Deus, agora de forma diferente, porque a etapa histórica também é diferente.

Os hebreus estavam na terra da qual Deus havia dito que manava leite e mel, e a palavra de Deus se cumpria agora que provavam dos frutos dessa terra fértil, onde poderiam viver com dignidade. O povo confirmava a generosidade do Senhor e o total cumprimento de suas promessas.

A vida feliz humana Diálogo com Platão e Aristóteles

Arianna Fermani



O livro reflete sobre o modelo clássico do *bios téleios*, ou seja, da felicidade da vida em sua totalidade, mostrando como o diálogo com os antigos ainda fornece esquemas conceituais “úteis”. De modo particular, busca-se mostrar como o confronto com as reflexões éticas de Platão e Aristóteles permite desemaranhar os inúmeros fios que constituem a trama da existência humana (tais como dores, prazeres, a ampla gama de bens e de recursos que a constituem) e identificar alguns nós conceituais relevantes (entre os quais, por exemplo, o de “medida”) que constituem a semântica da noção de *eudaimonía*.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





A posse da terra prometida exigia um povo renovado, distinto do que estava no Egito, com um estilo alternativo de viver, como uma nova humanidade. Era a consolidação das relações entre Deus e seu povo e a afirmação da identidade de povo de Deus. Por isso era necessário celebrar.

3. II leitura (2Cor 5,17-21): Somos embaixadores da reconciliação

A reconciliação descrita nesse capítulo exige uma vida nova e diferente. Os vv. 16-21 ressaltam que o começo dessa vida nova é marcado pelo modo como julgamos os outros. A sociedade atual avalia as pessoas pela aparência, pela cultura, pela inteligência, pelas posses e por sua habilidade em manipular as circunstâncias. No âmbito religioso, há a tendência de julgar os menos engajados ou os desengajados da Igreja como “pessoas do mundo” e de má conduta.

Paulo declara enfaticamente que a perspectiva da qual o cristão vê todas as coisas deve ser a mesma de Jesus. O apóstolo é credenciado para afirmar isso porque houve um tempo em que ele julgou erroneamente os seguidores do Messias.

Os vv. 17-19 salientam que em Cristo todas as coisas são velhas e agora tudo é novo, e isso ocorre por causa da graça de Deus, que reconciliou o mundo inteiro consigo. Estar “em Cristo” (v. 17a) representa uma relação íntima, e Paulo a expressa com o termo “nova criatura” (v. 17b). Falar de nova criação era a maneira usual com que se descrevia um prosélito judeu (alguém que se convertia ao judaísmo). Esse conceito adquiriu um sentido mais profundo. Os cristãos são novas criaturas porque, “em Cristo”, são pessoas renascidas com atitudes novas por meio de um espírito novo.

Por Cristo, Deus criou uma nova humanidade; tudo vem de Deus, ele é o autor da salvação. O impacto da obra redentora de Deus é a reconciliação (v. 18). O verdadeiro

significado da reconciliação é que Deus tomou a iniciativa de perdoar o ser humano por seus crimes, faltas, hostilidade, rebelião e pecado. A iniciativa foi sempre de Deus.

Na reconciliação, o perdão é essencial. Deus não considerou nossas transgressões (v. 19b), mas tomou a iniciativa de perdoar. Quando alguém experimenta a reconciliação com Deus, é natural que queira reconciliar-se com seu semelhante. Além disso, Deus “nos deu o ministério da reconciliação” (v. 18c). Somos portadores e agentes com a obrigação de realizar a reconciliação entre a humanidade e Deus; consequentemente, a reconciliação se torna possível e necessária entre os seres humanos.

Deus pôs em nossas mãos a palavra de reconciliação e espera que sejamos seus mensageiros (v. 19c). A reconciliação não é iniciativa nossa, mas é algo que Deus realizou por meio de Cristo (v. 20). O Senhor pôs de lado tudo aquilo que significava distanciamento a fim de proclamar a paz entre o Criador e a criatura. O evangelho é boa notícia, a reconciliação realizada por Deus merece e deve ser proclamada à humanidade inteira.

Paulo nos leva ao ápice do ministério cristão com a declaração de que “somos embaixadores de Cristo” (v. 20a). O papel do embaixador é singular porque está credenciado pela autoridade que o enviou. Deus nos delega como embaixadores para a obra reconciliadora.

III. Pistas para reflexão

Enfatizar que nossa condição de cristãos não nos identifica com o filho mais velho cumpridor dos mandamentos, mas, sim, com o filho pecador e necessitado de perdão. Procurar fazer que cada pessoa da assembleia se identifique com o filho mais novo, porque somente assim será possível celebrar a nossa libertação definitiva do pecado e da morte na Páscoa do Senhor.



5º Domingo da Quaresma

13 de março

O verdadeiro louvor é ajustar-se à vontade de Deus

I. Introdução geral

O termo *justiça*, na Bíblia, denota conformidade com um padrão. Significa amoldar-se à vontade de Deus com base na Escritura. Justiça, portanto, é a qualidade de estar conforme com o que Deus espera do ser humano. Basicamente, o justo é descrito como alguém que faz a vontade de Deus em relação ao outro. Os textos de hoje chamam a atenção sobre o que é a verdadeira justiça ou sobre o que agrada a Deus e lhe dá louvor.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 8,1-11): Ajustar-se à vontade de Deus é praticar a misericórdia

Os fariseus querem uma prova concreta para incriminar e prender Jesus. Este retorna ao templo para ensinar a multidão presente naquele lugar. Enquanto ensinava, os fariseus trouxeram-lhe uma mulher surpreendida em adultério e, recorrendo à Lei de Moisés, inquiriram-lhe sobre que sentença daria (v. 6). Naquele tempo, o adultério não era considerado somente a relação sexual. Aquela mulher poderia apenas ter se insinuado para um homem e isso já a identificava como adúltera. Nesse contexto, uma pessoa pode adulterar sozinha (cf. Mt 5,27; Jesus aplica essa lei também para o homem).

Os fariseus põem Jesus à prova, pois, de um lado, não poderia ficar contra a Lei, o que

Vida, técnica e responsabilidade Três ensaios sobre a filosofia de Hans Jonas

Anor Sganzerla, Geovani Viola Moretto
Mendes e Jelson Oliveira



A filosofia de Hans Jonas não só exprime questões de insigne importância teórica, como está marcada por um prodigioso sentido histórico-existencial, porque é forjada em meio aos mais graves, cruéis e inquietantes eventos do século XX. Jonas incorpora tais questões em sua filosofia com admirável lucidez, fazendo delas sua tarefa filosófica. Este livro é uma espécie de encontro na casa de Jonas. Hospedados na sua presença, reconhecemos a urgência de sua companhia para a travessia do século que é nosso.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



PAULUS



seria um pretexto para acusá-lo de blasfêmia, e, de outro, era de conhecimento público sua misericórdia para com os pecadores.

Jesus, de imediato, não responde, parece ignorá-los. Sabe que a preocupação de seus interlocutores, nesse momento, não é saber a vontade de Deus para ajustar-se a ela, mas apenas ter algo concreto para incriminá-lo. Quando insistem, Jesus responde de forma inesperada, modificando o enfoque da questão e envolvendo-os no assunto: “Quem dentre vós não tiver pecado atire a primeira pedra”. Nessa reviravolta, Jesus não recusa o juízo de Deus, mas deseja que os fariseus o apliquem primeiramente a si mesmos. E, como o conceito de adultério era muito mais amplo naquela época que nos dias atuais, então os interlocutores já não têm como continuar com a acusação sobre a mulher, visto que também são culpados, ainda que não tenham sido surpreendidos anteriormente.

Não tendo como continuar, cada um vai embora, começando pelos mais velhos – os mais prudentes. Assim, Jesus fica a sós com a mulher e lhe dirige a palavra, perguntando se alguém a condenou. Diante da resposta dela, ele afirma que também não a condena. A mulher é despedida de forma imperativa por Jesus, que lhe ordena que não peque mais.

Jesus se revela, nesse episódio, como o enviado do alto que mostra o rosto misericordioso de Deus, mas também o seu juízo. A justiça do ser humano é, principalmente, condenatória, diferente do juízo de Deus. A justiça de Deus é feita de perdão e de orientação para a mudança de vida. Na atitude de Jesus para com a mulher pecadora, não se revela apenas a sua identidade messiânica e profética, posta em xeque pelos fariseus, mas manifesta-se, sobretudo, a fé da mulher que confiou no seu juízo e por isso saiu justificada. Também se revela a incredulidade dos que se recusam a enxergar o testemunho de Jesus, o enviado do Pai.

2. I leitura (Is 43,16-21): Um povo para louvar o Deus misericordioso

O texto descreve o retorno do povo de Deus à terra prometida, depois do exílio na Babilônia, como um grande evento, comparável unicamente à travessia do mar durante a saída do Egito (vv. 16-17). Mas, no mesmo texto, Deus promete fazer coisas maiores ainda (vv. 18-19). O Senhor fará algo novo, e os eventos salvíficos do passado – embora não devam ser esquecidos, porque a revelação é progressiva – não devem ser lembrados numa perspectiva saudosista.

O Deus libertador que abriu um espaço no mar para o povo passar é o mesmo que fará um caminho no deserto. Isso não deve ser tomado ao pé da letra, mas compreendido como atos salvíficos de Deus em favor de seu povo.

Abrir um caminho no deserto, em vez de contorná-lo, significa que Deus tem urgência em fazer o povo voltar para a terra de sua herança. As caravanas que saíam da Babilônia em direção a Israel levavam muito tempo contornando o deserto.

Deus não se limitará a libertar o seu povo, mas cuidará dele como no passado, fazendo surgir rios no deserto, onde antes tinha feito brotar água da rocha. A repetição ampliada das maravilhas do êxodo do Egito é testemunha de que Deus escolheu e constituiu um povo (v. 20) para o seu louvor (v. 21).

Toda a criação é atingida pelos atos salvíficos de Deus em favor do ser humano. Isso é mostrado simbolicamente quando o autor afirma que os animais do deserto agradecem a Deus (v. 20) porque, na sua infinita misericórdia, o Senhor supre a sede do povo durante a viagem de volta à terra prometida.

Esse simbolismo do louvor dos animais está em contraposição ao louvor do ser humano endereçado a Deus. Na concepção bíblica, o verdadeiro louvor consistia em um sacrifício de ação de graças (Lv 7,12) cujo as-



pecto fundamental era uma conduta reta, ajustada à vontade de Deus (Sl 50,23). Palavras bonitas endereçadas a Deus, mas unidas a obras injustas, faziam o louvor não ser aceito (Sl 50,13.23b).

3. II leitura (Fl 3,8-14): A vida cristã é ajustar-se a Cristo

Paulo dirige-se aos filipenses para exortá-los a configurar suas vidas à de Cristo num perfeito ajustamento à vontade de Deus. Para reforçar suas palavras, o apóstolo usa a própria história de vida. Nos versículos anteriores ao texto da liturgia de hoje, ele faz uma lista de seus títulos dentro do judaísmo. A verdadeira intenção dessa postura do apóstolo é mostrar aos seus destinatários que a sua fé em Jesus Cristo o tinha levado a uma mudança radical de vida e de perspectiva. O encontro com o Ressuscitado o fez considerar de forma totalmente diferente tudo o que antes eram coisas importantes para ele.

Paulo descobriu que conhecer e agradar a Deus é o mesmo que entregar-se a Cristo, viver como ele viveu e, se necessário for, morrer como ele morreu. Essa é a verdadeira justiça, que vem da fé, e não do legalismo.

Depois de ter se dado conta da riqueza que é a verdadeira justiça, ou seja, a configuração da própria vida à de Cristo, o apóstolo se conscientiza de que ainda há longo caminho a percorrer, pois ainda não chegou à perfeição, isto é, à maturidade cristã. Contudo, sua união com Cristo o leva a avançar, tendo em vista esse alvo almejado. Essa união inclui uma participação nos sofrimentos de Jesus como parte do processo de maturidade cristã. Sofrimento é algo que todo ser humano sente, mas sofrer unido a Cristo significa ter uma participação também na sua ressurreição.

Trata-se de santidade ativa, ajustamento ao que Deus espera do ser humano por meio da configuração a Cristo. Não se trata de esforço para comprar a salvação mediante um relacionamento com Deus baseado na retri-

Trânsitos religiosos, cultura e mídia A expansão neopentecostal

Adilson José Francisco



O livro é uma significativa contribuição para repensarmos a sociedade brasileira em sua formação social, cultural e religiosa. Em sua radiografia do campo religioso brasileiro, o autor traça horizontes do contencioso terreno de proselitismos contemporâneos, que ganham novas mídias e assumem embates políticos. Ao acompanhar o impacto dessas violentas perturbações e seus espetáculos em mídias, ele alcança considerações que interessam a estudiosos de diferentes áreas do conhecimento.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





buição. Antes, significa uma resposta à salvação, dom de Deus, dada com a própria vida. Trata-se de fazer da própria vida um louvor agradável a Deus.

III. Pistas para reflexão

Aproxima-se a Páscoa, e Deus nos convida a mostrar em nossa vida a conversão. Esse convite vem a nós, de forma especial, por meio do perdão e da misericórdia que nos são dados na eucaristia, o sacrifício de louvor que representa a totalidade da vida de Jesus em cumprimento da vontade do Pai. Comungar do Corpo e do Sangue de Cristo é comungar de sua vida, morte e ressurreição. Não podemos participar da eucaristia e viver uma vida baseada em valores diferentes dos assumidos pela vida terrestre de Jesus.

Domingo de Ramos

20 de março

Humilde e obediente até a morte, e morte de cruz

I. Introdução geral

As leituras de hoje destacam a humildade como fundamento da obediência. Ser humilde é despojar-se do orgulho. É tornar-se uma pessoa integrada, que sabe lidar com todas as coisas e situações de forma harmoniosa. O orgulho desarmoniza, faz pessoas, ideias, objetos e situações ocuparem o lugar de Deus na vida do ser humano, tornando-o escravo de um ídolo. A palavra “obediência”, nos idiomas mais antigos, significa “prestar atenção”, “dar ouvidos”. A obediência de Jesus ao

Pai significa, antes de tudo, que Jesus levou ao cumprimento pleno o projeto de amor de Deus para com o ser humano. Nem mesmo nos momentos difíceis, ele voltou atrás no que ensinou e no que mostrou na própria vida a respeito de Deus e de seu reino de fraternidade universal. Nem mesmo a tortura da cruz o fez desistir de mostrar às pessoas quem é o Pai e qual a proposta dele ao ser humano. É nesse sentido que a cruz de Jesus é sinal de humildade e obediência.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Lc 22,14–23,56): Não se faça a minha vontade, Pai, mas sim a tua

A Paixão de Jesus tem sua antecipação profética no relato da Ceia. Chegada a hora de sua saída para o Pai, Jesus põe-se a cear com seus discípulos. Essa última refeição que ele toma com os seus revela-se a prefiguração de sua entrega a Deus e da conclusão de sua missão. Por isso, ela é cheia de significados. A morte de Jesus não é um fracasso, um caminho sem saída, mas inauguração da paz e salvação plena na presença de Deus. É consequência de sua vida, de sua doação plena ao projeto de salvação operado por Deus na história humana. É a manifestação do reino de Deus, ou seja, da justiça e fidelidade. É o cume do anúncio do reino de Deus, proclamado desde a Galileia, o qual foi o programa de toda a sua atuação pública. Por isso, ao dizer “desejei ardentemente”, Jesus quis dar um significado à sua morte iminente. Ela é promessa de restauração da humanidade decaída. Nessa promessa, Jesus associa os discípulos a um gesto retomado do banquete judaico, inserindo os seus no mesmo destino: o destino de alguém que enfrenta a morte na firme espe-



rança de antecipar a realeza de Deus no mundo e na história.

Após a ceia, Jesus vai ao monte das Oliveiras e, como de costume, ora ao Pai, princípio e fonte de seu ministério. Ao vislumbrar o destino que o aguarda, Jesus recorre ao Pai. Na agonia, pede que lhe afaste o cálice do sofrimento. Mas mantém-se fiel à vontade de Deus. Não uma vontade desejosa da morte de seu Filho, mas a que revela o amor fontal e fiel de Jesus àquele de quem tudo recebe. Em nome desse amor, Jesus permanece firme até o fim. E, movido por esse amor, enfrenta os que o capturam. É com esse amor e fidelidade filial que Jesus enfrenta a traição de Judas, a negação de Pedro, a dor e a humilhação infligida a ele por aqueles a quem fora enviado: seu povo.

No Sinédrio, Jesus é rejeitado de forma definitiva pelos líderes do seu povo. Diante do Sinédrio, o evangelista estabelece a posição e a identidade de Jesus em face da autoridade judaica. A identidade de Jesus é apresentada de forma progressiva: o Cristo (22,67), o Filho do homem, glorificado à direita de Deus (22,69), o Filho de Deus (22,70). Na expressão “Filho de Deus” está presente a profissão de fé cristã. O Filho do homem foi humilhado e menosprezado pela humanidade, mas agora está glorificado por Deus como um messias-rei (cf. Sl 110,1).

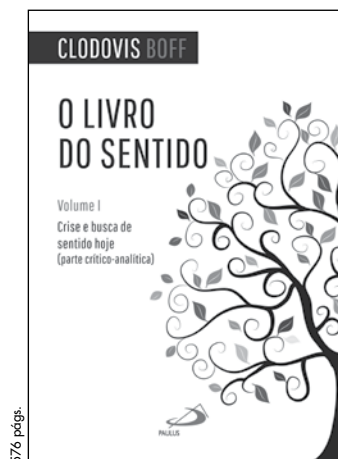
Após ser rejeitado pela liderança religiosa, Jesus é submetido ao poder político, que, apesar de estar ciente de sua inocência, o condena. Acusado de rebeldia e subversão, Jesus é entregue à morte. Na obstinação dos sumos sacerdotes, dos magistrados e da multidão em condenar Jesus, transparece a total rejeição ao projeto de Deus realizado no homem de Nazaré. A morte de Jesus situa-se ao final de uma série de infidelidades e rebeliões obstinadas contra o projeto de Deus ao longo da história.

No caminho da cruz, Jesus deixa entender que, na sua morte violenta, se decide o destino do povo de Deus e da humanidade. O julga-

O livro do sentido

Volume I – Crise e busca de sentido hoje (parte crítico-analítica)

Clodovis Boff



A questão do sentido da vida é uma das perguntas mais angustiantes que se fazem hoje, especialmente entre os jovens. É, de fato, a questão humana mais profunda e decisiva de todas, em todos os lugares e em todos os tempos. Mas é na sociedade moderna que ela se tornou particularmente urgente e dramática. Este livro elenca diversos sintomas da falta de sentido hoje: a depressão crescente, os suicídios em alta, a difusão das drogas, a desnatalidade deliberada, a banalização do sexo, a violência difusa e o advento da frivolidade.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





mento histórico de Deus abater-se-á sobre a cidade de Jerusalém, símbolo da humanidade infiel e rebelde aos apelos dos profetas.

Jesus é crucificado entre malfeitores. O que veio para buscar os perdidos encontra-se agora entre eles, partilhando da mesma sorte. E, aqui, revela-se o rosto salvador de Deus. O Libertador de Israel não tira o Messias da cruz nem o livra da vergonha e da violência, contudo permanece fiel ao amor também na situação mais extrema.

A inocência de Jesus é reconhecida por um dos criminosos ao seu lado. E este proclama sua total confiança em Jesus. A resposta do Filho de Deus é uma afirmação solene da salvação já hoje, da salvação escatológica que começa no hoje da história humana. Então o pecador arrependido pode escutar a “boa-nova”, o evangelho da salvação, que consiste na comunhão com Jesus no Reino dos justos. É com este último gesto de solidariedade que Jesus dá a salvação a quem crê e se converte.

Após sua morte, a ação de Deus é reconhecida pelo centurião, ao proclamar que Jesus era um homem justo. Mas a morte não é o fim e nos lança para o que acontecerá no amanhecer do primeiro dia da semana.

2. I leitura (Is 50,4-7): Não foi rebelde nem voltou atrás

O texto mostra que, apesar dos sofrimentos, o Servo está empenhado em obedecer à vontade divina. Ele está qualificado para a obra que Deus o destinou a realizar. Essa qualificação transparece em duas afirmações:

1) Ele tem uma língua hábil para instruir as pessoas de sua época cansadas e desanimadas. A “língua hábil” significa que as palavras são pronunciadas por alguém que é uma autoridade no que diz, em vez de ser um “blá-blá-blá” sem consistência. A habilidade para fazer isso vem de uma relação íntima com Deus.

2) Ele tem ouvido de discípulo e toda manhã recebe a instrução vinda de seu conta-

to com Deus. É alguém que está alerta, atento, acordado; é isso que significa a expressão “cada manhã”.

Enfim, ter a língua hábil e o ouvido atento constitui o missionário competente, que antes é discípulo dócil.

Os versículos 5 e 6 mencionam o sofrimento que é fruto do desempenho do discípulo missionário. Os mesmos versículos asseguram que, apesar das muitas dificuldades, o Servo mantém uma constância destemida e leva a cabo a obra para a qual foi escolhido.

O servo não se rebelou, isto é, não voltou atrás em sua missão quando a resposta às suas palavras de consolo aos desanimados foi a perseguição e a violência. Há uma descrição da dor e da vergonha que o Servo passou: foi açoitado, esbofeteado, teve a barba arrancada, foi insultado e cuspidado. Naquela época, ter a barba arrancada era um dos maiores graus de dor e de vergonha para o homem oriental. Nenhuma dessas afrontas o fez desistir de sua missão.

O texto deixa entrever que o Servo poderia ter evitado esse sofrimento se tivesse voltado atrás na sua missão (v. 5). Várias expressões mostram isso: apresentar as costas, oferecer o queixo, não desviar o rosto.

Passar por todo esse sofrimento sem voltar atrás só foi possível porque o Senhor era aliado do Servo. Por causa dessa cumplicidade com o Senhor, o Servo não fracassou em sua missão (v. 7).

3. II leitura (Fl 2,6-11): Assumiu a forma de servo

Esse texto, um hino litúrgico inserido em um contexto missionário e pastoral, tem em vista a práxis cristã, e não abstrações sobre a essência de Deus.

A primeira parte do hino (vv. 9-11) se refere à atitude de Jesus, a qual deve ser tomada como exemplo por todos os cristãos.

Nesse texto bíblico encontramos um resumo da história da salvação. Jesus foi visto



pela maioria dos seus contemporâneos apenas como um homem simples do povo. No entanto, ele pertencia também a outra esfera: era de condição divina (v. 6). Tornou-se humano, como tal viveu e morreu (vv. 7-8) e foi exaltado junto a Deus (vv. 9-11).

A ideia central do texto é que Cristo não quis apoderar-se da divindade ou usurpá-la, mas, sendo de condição divina, estava disposto a renunciar aos privilégios inerentes a ela em favor do ser humano.

É para essa atitude de desprendimento pela grandeza divina que Paulo chama a atenção de seus destinatários. Jesus se despojou dos privilégios específicos da natureza divina e adotou a postura de um servo. Essa atitude de serviço e obediência, até mesmo diante do tipo de morte mais vergonhosa em sua época, significa que Cristo não usou as prerrogativas divinas em favor de si mesmo.

A disposição para o despojamento em favor do ser humano é o que Paulo está propondo como critério para a vida cristã.

Esse Jesus que se humilhou até a morte na cruz, Deus o exaltou e submeteu a ele o universo em todas as suas dimensões. A menção de todos esses aspectos da história da salvação tem por objetivo fazer que os cristãos aprendam a viver com o mesmo desprendimento, consideração pelo ser humano e obediência a Deus que caracterizaram aquele a quem seguem: Jesus Cristo.

III. Pistas para reflexão

Evitar falar da Paixão de Cristo como se esta fizesse parte de um plano sádico de Deus Pai com o objetivo de lavar os pecados da humanidade. Deus é amor infinito e não teria sentido esse tipo de atitude para com seu próprio Filho. O plano de salvação de Deus na pessoa de Jesus foi a encarnação, e a elevação da humanidade por meio de toda a vida e ação de Jesus e porque assumiu muito bem esse plano e decidiu não arredar

Buscadores cristãos no diálogo com o islã

Faustino Teixeira



O foco deste volume é a candente questão dos buscadores cristãos no diálogo com o islã. Todos sabemos da importância que esse colóquio ganha nas últimas décadas, assinalando a urgência de um dos desafios mais essenciais neste século XXI: a paz entre as religiões. Os autores aqui abordados são ainda em parte desconhecidos dos leitores brasileiros, mas foram fundamentais no processo de abertura da Igreja Católica aos irmãos muçulmanos, que se iniciou com o Concílio Vaticano II (1962-1965).

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





dele nem sob as piores ameaças e riscos, os poderes políticos, econômicos e religiosos contrários o crucificaram. Também evitar culpar grupos judaicos ou o império romano pelo acontecido a Jesus, pois todos eles estão no passado temporal. Ao contrário, ressaltar que, na condenação de Jesus, se manifesta o orgulho de todo ser humano e sua rebelião contra o projeto de amor e fraternidade do Pai.

Os Roteiros Homiléticos do Tríduo Pascal (Quinta-Feira Santa; Sexta-Feira Santa e Vigília Pascal) podem ser acessados no site da revista: vidapastoral.com.br.

Domingo da Páscoa

27 de março

Os sinais da ressurreição de Cristo

I. Introdução geral

Nas Sagradas Escrituras, um sinal não é simplesmente um evento milagroso, mas algo que aponta para uma realidade de significado mais amplo. Por analogia, é como um sinal de trânsito, que serve para orientar os viajantes na estrada, de sorte que ninguém erre o caminho ou corra risco de acidentes. Um sinal na estrada faz-nos chegar a nosso destino sem incorrer em nenhum dano. Nos textos bíblicos, os sinais indicam que Deus está realizando algo que não é percebido por quem não fez a experiência de fé e amor. Os sinais não servem como provas ou argumentos lógicos para convencer ninguém, porque somente podem ser percebidos por quem faz a experiência de fé e amor. É esta que indica que um acontecimento comum é sinal da ação de Deus.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 20,1-9): O túmulo vazio

O trecho divide-se em duas cenas no cenário do sepulcro: a visita de Maria Madalena (vv. 1-2) e a visita dos discípulos (3-9).

Na manhã do primeiro dia da semana, antes da alvorada, Maria Madalena vai ao sepulcro, vê a pedra removida e volta correndo para avisar aos discípulos. Ela não entra, mas suspeita que o corpo do Senhor tenha sido roubado.

Diligentemente, os dois discípulos correm ao sepulcro. Ambos saem juntos, mas é o outro discípulo que chega primeiro e se inclina para ver as faixas mortuárias. Ele não entra; espera que Pedro seja o primeiro a entrar e o segue para o interior do sepulcro. O Discípulo vê e crê. O Evangelho de João atribui ao Discípulo Amado a fé na ressurreição de Jesus pela primeira vez.

Observe-se que a forma de ver de Pedro é diferente da do outro discípulo. Pedro vê, mas não crê, ainda que seu ver denote disposição para tal. Ao passo que o “ver” do outro discípulo acompanha a fé, indica a compreensão exata e a verdadeira tomada de consciência. Este ver é propiciado pelo amor. Somente o amor possibilita ver, nos sinais da ausência do corpo, a presença do Ressuscitado. Por isso o Discípulo crê imediatamente.

O crer, em João, tem o sentido de compreensão do mistério, que é a ressurreição de Jesus, cujos sinais, para serem compreendidos, exigem adesão da fé. Aqui os sinais são o túmulo vazio e as faixas deixadas não de qualquer jeito, mas dobradas.

O evangelho quer ressaltar a prontidão do Discípulo para discernir os vestígios do Senhor ressuscitado. No entanto, o final do texto nos apresenta algo importante. No processo de compreensão da fé no Ressuscitado está presente a Escritura, na qual se



atesta a ressurreição. Somente compreendendo a Escritura é que se poderá chegar ao verdadeiro crer, sem a necessidade do ver. Eles tiveram de ver para crer. Mas o evangelho quer transmitir para sua comunidade que, se tivessem entendido as Escrituras, não necessitariam do ver.

O evangelho afirma que o itinerário da fé se baseia nas Escrituras e no testemunho dos apóstolos. Mas é, em última análise, o amor que conduz o discípulo pelo itinerário da fé.

2. I leitura (At 10,34a.37-43): Deus purificou os gentios

Esse relato trata da primeira vez em que Pedro se dirigiu a ouvintes não judeus. O texto faz um resumo da vida de Jesus (v. 37-41), a quem Deus constituiu juiz dos vivos e dos mortos (v. 42), e do testemunho dado pelos profetas a respeito de tudo isso (v. 43).

Aos judeus foi destinada, em primeiro lugar, a mensagem do evangelho (v. 36). Mas agora o anúncio do Reino é endereçado a todas as pessoas. Quando Pedro reconhece que Deus não faz acepção de pessoas, isso não quer dizer que antes pensasse o contrário, pois tal noção está escrita em Dt 10,17. O que se está afirmando é que, até então, Pedro pensava, como os demais judeus, que os gentios tinham de sujeitar-se à circuncisão e a outros ritos da Lei de Moisés para somente depois terem acesso às bênçãos messiânicas. Para todo judeu, os gentios, por mais simpaticizantes que fossem do judaísmo, eram sempre considerados impuros em relação ao aspecto do culto.

Agora Pedro admite que Deus purificou os gentios e que os apóstolos, testemunhas da ressurreição, receberam o encargo missionário de anunciar a boa-nova a todos os povos.

3. II leitura (Cl 3,1-4): A vida cristã

Nós ressuscitamos com Cristo, afirma o primeiro versículo desse texto. Primeiramen-

Por uma Igreja do Reino Novas práticas para reconduzir o cristianismo ao essencial

Adriano Sella



"Menos mestres, mais testemunhas; menos livros religiosos, mais Bíblia." Eis algumas pistas que o autor deste livro sugere, com a preocupação de promover no interior da Igreja a renovação que muitos invocam. Das reflexões aqui presentes nasceu um percurso em que o leitor, passo a passo, é colocado diante da realidade eclesial de hoje, sentindo-se estimulado a dar sua contribuição para a renovação da mensagem.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





te, a ressurreição é tratada como realidade que começa já neste mundo, no tempo presente. Posteriormente é que se destacará a ressurreição como acontecimento do fim dos tempos.

Quem faz a experiência da ressurreição deve mudar a conduta de vida e também os conceitos intelectuais. “Cuidai das coisas do alto, não do que é da terra”, afirma o v. 2. Não se trata de uma orientação para que a Igreja seja “alienada”. Quer dizer que nossa vida é regida pela vitória de Cristo sobre o pecado e a morte, em contraste com o dispêndio de energias em valores contrários ao reino de Deus. Significa que a Igreja deve ter as aspirações determinantes de suas ações embasadas nos ensinamentos e na vontade daquele que agora está entronizado à direita de Deus.

Do contrário, quando a Igreja valoriza demasiadamente certos aspectos pouco relevantes para o seguimento de Jesus, encontra-se buscando as coisas da terra. Quem morreu para o pecado recebe a vida nova, a ressurreição, algo que não é visível ao olho natural, e por isso a mudança de vida não é compreendida por quem observa tudo apenas pela ótica intelectual. Mas haverá um momento em que a vida ressuscitada será visível e palpável para todos, na segunda vinda de Cristo com poder e glória.

III. Pistas para reflexão

Ressaltar que os “sinais” são revelações indiretas dadas pelo Senhor, em contraste com o modo exato de comunicação realizado em nosso cotidiano. Nesse tipo de revelação, situações do dia a dia são carregadas de um excesso de significado que desperta a curiosidade das pessoas. Os “de fora” da comunidade percebem “algo mais” quando observam o estilo de vida cristã. É nesse sentido que a Igreja é luz, sal e fermento para o mundo. Resta saber se, olhando para nossas vidas, “os de fora” conseguem receber a revelação de Deus.

2º Domingo da Páscoa

3 de abril

Testemunhas da ressurreição

I. Introdução geral

As leituras de hoje apresentam três temas importantes: a realidade da ressurreição, a confissão de fé, a relação entre ver e crer. A experiência do encontro com Jesus ressuscitado leva o discípulo a professar: meu Senhor e meu Deus! A profissão de fé resume a caminhada de Israel e da Igreja. Todos os sinais que perpassam pela Escritura pedem do leitor uma profissão de fé como a de Tomé.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 20,19-31): Os primeiros discípulos testemunham a ressurreição de Cristo

Na tarde daquele mesmo dia (o da ressurreição), Jesus aparece aos discípulos reunidos. Tomé está ausente. O Ressuscitado dá-se a conhecer, dá-lhes o Espírito e o poder de perdoar o pecado, fazendo que os apóstolos sejam investidos para continuar a sua missão.

“Vimos o Senhor”, dizem os apóstolos a Tomé, mas este não lhes dá crédito. Com essa expressão atribuída aos apóstolos, encontramos o primeiro testemunho eclesial e o que-rigma da ressurreição.

Tomé não crê no testemunho dos discípulos e pretende uma constatação pessoal – simboliza a pessoa que precisa ver para crer. Muitos outros, durante o evangelho, pediram de Jesus milagres para crer em sua pessoa. Mas Jesus lhes disse que não teriam outro si-



nal senão o de Jonas. Esse sinal é dado agora: Cristo ressuscitado está no meio de sua comunidade. Tomé quer atestar sua fé vendo e tocando Jesus. Mas o evangelista chama a atenção para o *crer sem ver*, baseado no testemunho dos discípulos.

No domingo seguinte, Jesus aparece novamente aos discípulos, desta vez na presença de Tomé, a quem repreende por sua incredulidade. Jesus mostra-lhe as mãos e o lado para certificar-lhe que o Ressuscitado é o Crucificado, mas está diferente, vive numa nova realidade, além do tempo e do espaço.

O medo transforma-se em alegria. A paz e a alegria são dons do Cristo ressuscitado e, ao mesmo tempo, condição para reconhecê-lo. Jesus realiza as promessas feitas aos discípulos, enviando sobre eles o Espírito. A missão a que são destinados continua a missão de Jesus (17,18). Como o Pai enviou seu Filho para perdoar os pecados, assim Jesus envia os discípulos. Ao soprar sobre eles (v. 22), expressa a ideia de criação renovada. O Espírito recria a comunidade dos apóstolos e descerra suas portas para a missão.

2. I leitura (At 5,12-16): A ação do Espírito Santo na Igreja testemunha a ressurreição de Cristo

O relato é uma descrição resumida da vida das primeiras comunidades. Os milagres realizados pelos apóstolos ratificam a assistência do Espírito Santo à comunidade, confirmando com sinais a palavra anunciada pelos apóstolos.

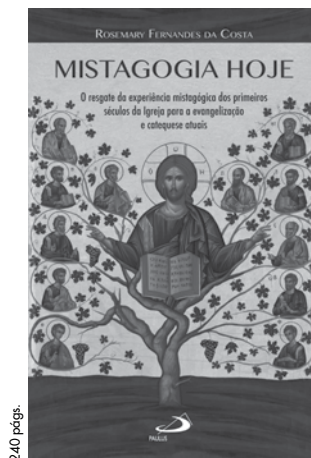
A menção ao “Pórtico de Salomão” destaca a proclamação do evangelho, já que esse local, no Templo de Jerusalém, ficava no átrio dos gentios e era destinado à instrução.

O número dos fiéis crescia cada vez mais (v. 4) e o evangelho despertava o interesse das cidades vizinhas, dando ocasião para que a Igreja se expandisse para além de Jerusalém, estendendo-se pela Judeia.

Mistagogia hoje

O resgate da experiência mistagógica dos primeiros séculos da Igreja para a evangelização e catequese atuais

Rosemary Fernandes da Costa



A mistagogia é a pedagogia do Mistério, uma experiência que respeita e facilita a relação de diálogo e aprofundamento entre a dinâmica interna da Revelação e a dinâmica existencial daquele que crê, orientando uma metodologia que permite um processo de evangelização efetiva. O objetivo do livro é ajudar nesse processo de retomada da experiência mistagógica como fonte e referencial para a dinâmica da catequese e evangelização atuais.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





3. II leitura (Ap 1,9-11a.12-13.17-18): A Igreja testemunha a ressurreição de Cristo até que ele venha

A expressão “dia do Senhor”, no Antigo Testamento, significa principalmente a intervenção de Deus por meio do Messias, no fim dos tempos. Para o Novo Testamento, a ressurreição de Cristo inaugurou os últimos tempos, que já estão presentes, embora ainda não tenham chegado à plenitude.

No “dia do Senhor”, o Espírito Santo fez que João, homem atribulado por causa da palavra e do testemunho, contemplasse a atuação do Ressuscitado na Igreja.

A comunidade dos seguidores de Jesus em sua totalidade, simbolizada pelo número sete, recebe a luz de Cristo e a reflete para o mundo. A visão do Filho do homem em meio ao candelabro de ouro assegura a presença do Ressuscitado em sua Igreja até o fim dos tempos.

Seus cabelos brancos simbolizam a eternidade. Seus olhos “como chamas de fogo” representam a visão penetrante, ou seja, seu conhecimento de realidades não percebidas por mais ninguém. Essas realidades escondidas ao olho natural é que serão reveladas ao ser humano.

Os pés de bronze simbolizam a sua estabilidade inabalável. As sete estrelas são os líderes das comunidades em sua totalidade. Estes estão amparados na mão direita do Ressuscitado, que sustenta e mantém a sua Igreja.

O Filho do homem diz palavras de consolo: “Não temas!” (v. 17). Sua natureza é divina: ele é o “primeiro e o último”, título de Deus no Antigo Testamento (Is 44,6; 48,12).

O texto afirma que o Filho do homem esteve morto, é o crucificado, mas venceu a morte e possui a vida eterna. Seu domínio se estende sobre os céus, sobre a terra e sobre o reino da morte. Ele controla a história.

III. Pistas para reflexão

Felizes os que creem sem ter visto, pois confiam nas testemunhas da ressurreição de Cristo. As pessoas de todos os tempos e lugares encontram nas Escrituras o testemunho dos apóstolos. Mas isso não dispensa um encontro pessoal e íntimo com o Ressuscitado. Esse encontro se dá nos locais onde ele está presente de maneira mais profunda: a liturgia da Igreja (culto eclesial), a liturgia do coração (adoração pessoal e interior de Deus) e a liturgia da vida (apostolado, compromisso com o outro).

3º Domingo da Páscoa

10 de abril

A criação inteira louva o cordeiro que esteve morto e agora vive

I. Introdução geral

O núcleo da mensagem de Jesus era o reino de Deus. Mas a pregação dos apóstolos passou a ter como centro a vida e as palavras de Jesus, pois, a partir da sua morte e ressurreição, tornou-se inconcebível pensar o reino de Deus sem fazer referência àquele por meio do qual Deus exerce agora seu reinado. A expansão desse reino é inevitável quando se anuncia o evangelho, embora forças contrárias à sua propagação tentem calar seus arautos. Ao final, o Cordeiro será vitorioso, triunfando sobre o antirreino.

II. Comentário dos textos bíblicos



1. Evangelho (Jo 21,1-19): Um tipo de morte que glorifica a Deus

O texto narra outra aparição de Jesus e tem como tema principal a missão da Igreja sob a guia do Ressuscitado.

O número sete significa perfeição ou totalidade. Aqui traduz a comunidade perfeita, a que se reúne em torno do banquete (vv. 9-13). Os protagonistas da cena, Pedro e o Discípulo Amado, são os mesmos que entraram no sepulcro vazio. Novamente, o Discípulo Amado reconhece o Senhor. É o amor que precede esse reconhecimento. Mas é Pedro, desta vez, que corre ao encontro do Senhor (v. 7). É também ele quem toma a iniciativa de pescar e de trazer para a praia a rede cheia de peixes (v. 11). Assim, entrelaçam-se o reconhecimento do Ressuscitado e o serviço missionário representado pela pesca. Sem esse reconhecimento, o trabalho é estéril (v. 3); somente com Cristo ele se torna fecundo (v. 7). Os 153 peixes grandes simbolizam o grandioso sucesso da missão e seu caráter universal.

A Pedro é confiada a tarefa pastoral na Igreja (vv. 15-17). As três perguntas que Jesus lhe faz sobre se ele o ama correspondem às três negações do apóstolo. Pedro não ousa afirmar que ama o Senhor mais que os outros discípulos. Sua resposta é humilde, pois sabe de sua fraqueza e tem consciência de que sua tarefa é fundada na graça. Jesus pergunta a Pedro considerando sua disponibilidade, e é a partir daí que lhe é confiada a missão.

No v. 18, Jesus apresenta a Pedro a total disponibilidade que o discípulo deve ter para o seguimento. Caminhar com Jesus é assumir também seu destino: o martírio. Dessa forma, o serviço que Pedro assume no pastoreio deve ser feito num total dom de si. Esse dom só é possível para aquele que ama, ainda que não o faça “mais que os outros”. Esse amor incondicional, que o próprio Cristo vivenciou, Pedro aprenderá em sua caminhada. Por enquanto, sua própria entrega foi o reflexo desse amor.

Meditando a Palavra 4 Tempo Comum – Dias da semana

Padre Augusto César Pereira



O Tempo Comum é o tempo de tentarmos viver na prática cotidiana as conquistas de Cristo em seu mistério pascal. No Mistério de sua Páscoa, ele nos mereceu a vitória sobre o pecado e a morte, e abriu o caminho para nossa ressurreição pessoal e do novo mundo. Esta é a espiritualidade fundamental do Tempo Comum, como destaca o autor do livro. A obra traz reflexões e é uma rica fonte inspiradora para o aprofundamento espiritual e o compromisso com a profecia do novo mundo.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





2. I leitura (At 5,27b-32.40b-41): Dignos de sofrer pelo nome de Cristo

Os apóstolos foram conduzidos ao Sinédrio e o sumo sacerdote os acusou de desobedecerem à proibição de proclamar o nome de Jesus. Em nome da Lei divina, o Sinédrio condenou Jesus, e a divulgação da ressurreição deste representava dura acusação contra o tribunal – pois, se Deus ressuscitou o condenado, isso significava que seus juízes eram culpados e este era inocente.

Pedro respondeu que iria obedecer primeiramente a Deus, e não a autoridades humanas. Mencionou ainda a assistência do Espírito Santo no encargo de testemunhar tanto a morte quanto a ressurreição de Jesus.

O Sinédrio, então, intimou os apóstolos a não falar mais no nome de Jesus. Mandou açoitá-los e soltá-los. A conduta deles após os açoites indica que ficaram felizes por terem sido achados dignos de sofrer por causa do nome de Jesus. As injúrias significavam que eles estavam, de fato, fazendo a vontade de Deus, caso contrário não teriam incomodado ninguém e suas palavras teriam sido bem-aceitas.

3. II leitura (Ap 5,11-14): O Cordeiro é digno de louvor e adoração

O capítulo 5 de Apocalipse tem como tema central Jesus Cristo redentor, glorioso e vencedor, que traz em suas mãos os destinos da história. João contempla um número incontável de seres que proclamam a dignidade do Cordeiro. Os sete títulos (poder, riqueza, sabedoria, força, honra, glória e louvor) indicam a plenitude da dignidade e da obra redentora de Cristo e a perfeita glorificação da-quele que a realizou.

Nos versículos 13 e 14, o cântico que começou no céu se estende por todos os âmbitos da criação, em exclamações de louvor unidas à liturgia celeste.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Destacar as inúmeras dificuldades sofridas por quem está engajado na propagação do reino de Deus na terra. Animar as pessoas – que passam por diversos tipos de sofrimentos e tribulações – a se manter firmes, alicerçadas na fé em que o Cordeiro ressuscitado, vitorioso sobre a morte e o pecado, está presente na vida das comunidades.

4º Domingo da Páscoa

17 de abril

As minhas ovelhas me seguem e eu lhes dou a vida eterna

I. Introdução geral

O simbolismo do pastor guia do rebanho exprime ideia de autoridade e companheirismo. A autoridade fundamenta-se numa relação afetiva. Há um conhecimento mútuo. É baseando-se nesses aspectos cotidianos da vida pastoral que a Bíblia destaca, primeiramente, Deus como pastor de Israel e, depois, Jesus como pastor de todos os seres humanos.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 10,27-30): Ninguém tira minhas ovelhas do meu rebanho

Neste 4º domingo da Páscoa vemos novamente a temática do pastor e das ovelhas. Jesus é o verdadeiro pastor. Ele conhece as



suas ovelhas. Estas escutam sua voz e o seguem. O seguimento só é possível para quem reconhece a voz do Ressuscitado. Os que seguem o Ressuscitado têm a “vida em seu nome”, receberão a vida eterna. Não perecerão, conforme Jesus afirmou no discurso da despedida (Jo 13,12-15).

As ovelhas não podem ser arrebatadas da mão de Jesus porque foi o próprio Pai que lhes deu. E as obras do Filho revelam a vontade do Pai, porque eles constituem uma unidade. É tal unidade a fonte da força de Jesus. E essa força é transmitida aos que recebem a sua vida. Por isso o mundo não pode arrebatá-los aqueles que são de Jesus.

2. I leitura (At 13,14.43-52): Os gentios são as novas ovelhas no aprisco

Uma grande multidão se reuniu para ouvir a palavra de Deus (v. 44). O texto afirma que, vendo a multidão, os adversários de Paulo ficaram cheios de inveja e, insultando-o, se opuseram ao que ele dizia. A menção desse acontecimento tem como objetivo chegar à declaração de que o evangelho foi anunciado primeiro aos judeus; entretanto, já que eles o recusaram, a boa-nova foi levada aos gentios.

A decisão de proclamar o evangelho entre os gentios fundamenta-se numa ordem do Senhor (At 13,47; Is 42,6; 49,6). A resolução de voltar-se para eles propiciou-lhes grande alegria (v. 48). Contudo, os adversários de Paulo não ficaram passivos: valeram-se da simpatia de algumas mulheres de alta posição social, que induziram os magistrados da cidade a expulsar Paulo e Barnabé.

Ao saírem da cidade, os apóstolos realizaram o gesto simbólico de sacudir a poeira dos pés. Antigamente, esse gesto era realizado pelos judeus quando vinham de outras nações para Israel. Como os gentios eram considerados impuros, os judeus, ao entrarem na

Paróquia missionária Projeto de evangelização e missão paroquial na cidade

Padre Humberto Robson de Carvalho



A Igreja Católica, por escolha de Jesus, nasceu missionária e desenvolveu-se no vigor da missão. Os apóstolos compreenderam essa escolha e saíram em missão. O Papa Francisco sonha que o vigor da missão retorne, para que as pessoas, até o momento distantes da comunidade, tenham a oportunidade de compartilhar da amizade com Jesus. Mas que método utilizar nesse processo? Esta obra apresenta uma metodologia que vem nos ajudar a realizar o sonho do Papa Francisco de transformar a comunidade paroquial numa comunidade missionária.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Terra Santa, sacudiam a poeira das terras estrangeiras que traziam nas sandálias. Ao realizar esse gesto contra os judeus que o perseguiram, Paulo mostrou o contrário, não é a nacionalidade que torna alguém puro ou impuro. Nesse caso, a impureza está nos sentimentos invejosos, nas blasfêmias e atitudes dos opositores de Paulo, o que é demonstrado com o gesto de sacudir a poeira dos pés contra eles.

3. II leitura (Ap 7,9.14b-17): Diante do Cordeiro-pastor há uma multidão vinda de todas as nações

João viu uma multidão incontável, de todas as etnias, diante do trono do Cordeiro. As palmas que traziam nas mãos evocam as que eram usadas na liturgia judaica da festa das Tendias (Lv 23,40) para louvar o Deus de Israel.

As vestes brancas, alvejadas no sangue do Cordeiro (v. 14), significam que os mártires permaneceram puros, não se deixaram contaminar, seja pela idolatria, seja pela apostasia, e por isso sofreram a morte. Por causa de sua fidelidade, agora estão diante do trono do Cordeiro vitorioso, realizando uma liturgia celeste.

Eles nunca mais terão fome, porque lhes foi dado o fruto da árvore da vida. Não sentirão mais sede, pois o Cordeiro-pastor os conduz às fontes de água viva (Ap 7,17; 21,6; Sl 23,1). Nunca serão queimados pelo sol (Is 49,10), porque o sol é o Cordeiro (Ap 21,23; 22,5). Todas essas imagens, em seu conjunto, significam que a perseguição e os sofrimentos não têm a última palavra, não são a realidade última do ser humano.

“Deus enxugará toda lágrima” (Ap 7,17; 21,4; Is 25,8). Essa seção do Apocalipse pode ser vista como uma resposta à oração sacerdotal de Jesus em Jo 17,21, quando orou para que seus discípulos estivessem com ele e vissem sua glória.

III. Pistas para reflexão

Pedir à comunidade que ore pelas pessoas que têm derramado muitas lágrimas e seja sensível a elas. Talvez haja pessoas aflitas e atribuladas na comunidade e ninguém toma conhecimento disso. Os discípulos de Jesus têm de estar atentos ao outro. Têm de ir ao “próximo” e lhe dar a garantia de que Deus é solidário com os que estão sob muitas aflições. Insistir que não há ninguém fora do amor de Deus e por isso deve ser evitado qualquer preconceito.

5º Domingo da Páscoa

Celso Loraschi

24 de abril

0 amor: estatuto da nova comunidade

I. Introdução geral

A fé em Jesus Cristo ressuscitado nos dá a certeza de sua presença no meio de nós. Ele nos oferece o caminho da plena realização humana, dando-nos o mandamento novo. Pelo amor uns aos outros, revelamos que somos discípulos de Jesus (evangelho). Ele nos amou primeiro, entregou sua vida pelo resgate da dignidade de todos os seres humanos. Essa boa notícia precisa ser acolhida e anunciada com entusiasmo. Todo discípulo é também missionário. O discípulo missionário vive e orienta sua vida comunitariamente (I leitura). Uma comunidade de amor torna-se espaço sagrado, pois aí mora Deus. Toda a humanidade é chamada a viver de modo a respeitar a presença de Deus, que, definitivamente, estabeleceu sua tenda no mundo. Sua presença transforma todas as coisas. A utopia



de um novo céu e uma nova terra torna-se realidade (II leitura). Acolher essa verdade implica viver e promover novas relações entre nós, seres humanos, com a natureza e com todo o universo.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 13,31-33a.34-35): O estatuto da nova comunidade

Este texto está situado logo após o relato do lava-pés e do anúncio da traição de Judas. No lava-pés, durante a Ceia, Jesus dá o exemplo do que significa amar. Respeita a liberdade do ser humano, mesmo que isso implique prejuízo da própria vida. Ele a entrega também para o seu traidor. O amor de Jesus não julga, não usa de violência nem condena. O fruto desse seu amor livre e radical consiste na salvação do mundo. Esse amor, puro dom, deve ser entendido e posto em prática por seus discípulos.

A glória de Deus manifesta-se em Jesus, seu Filho encarnado, que realiza em plenitude o projeto do Pai. O amor infinito de Deus é comunicado a toda a humanidade por meio de Jesus. O advérbio “agora” refere-se aos últimos acontecimentos da vida de Jesus. Paradoxalmente, em sua morte manifesta-se sua glória e a do Pai. Em 12,23-24 Jesus anunciara: “É chegada a hora em que será glorificado o Filho do homem. Em verdade, em verdade, vos digo: se o grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas, se morrer, produzirá muito fruto”. O “agora” (a hora de Jesus) supera o sentido cronológico, para indicar a maneira pela qual Jesus cumpre fielmente a missão a ele confiada pelo Pai. Ambos vivem em total intimidade, ambos são glorificados pela entrega da vida que Jesus faz, livre e conscientemente, em resgate da vida de todos (vv. 31-32).

Como estrelas no céu Desafios da Pastoral da Educação

Marcos Sandrini



Quantitativamente, crescemos muito em termos de escolarização. No entanto, em termos de qualidade de ensino, ainda estamos longe de ser uma pátria educadora. Este livro quer ser uma convocação a todos os católicos, presentes nos mais diversos tipos de escolas, a se unirem pela educação. Temos três realidades contraditórias: fé cristã, justiça social e desigualdade. Nossa educação precisa lutar não apenas pela igualdade. Queremos mais uma escola que defenda a igualdade, mas garanta a diversidade.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Ao anunciar aos discípulos a sua partida iminente, Jesus enfatiza o que deve caracterizar a vida da comunidade de fé. O amor que ele manifestou, na fidelidade ao Pai, com todas as suas consequências, deve ser a nota distintiva dos seus seguidores. O novo mandamento do amor é a síntese de toda a Lei da Nova Aliança. Constitui o estatuto que fundamenta a comunidade cristã. É importante prestar atenção na partícula “como”. Amar como Jesus amou é viver cotidianamente a atitude de serviço. Lembremo-nos de que esse novo mandamento é formulado no contexto do lava-pés. O amor estende-se também aos inimigos. Mesmo traído por um membro do seu grupo íntimo, Jesus não entra no jogo da vingança, da violência e do ódio. Ele respeita a liberdade alheia e permanece em atitude de amor-serviço. Os discípulos estão convidados a amar como o Mestre.

2. I leitura (At 14,21b-27): O cuidado com a comunidade

O episódio situa-se no contexto da primeira viagem missionária de Paulo e Barnabé. Estão no caminho de volta para Antioquia da Síria, de onde partiram como delegados daquela comunidade cristã. Em cada local por onde passam, os missionários organizam uma Igreja, formada pelas pessoas que aderem à fé em Jesus Cristo. Sempre que possível, visitam as comunidades, para “confirmar o coração dos discípulos, exortando-os a permanecer na fé”, mesmo no meio de conflitos de toda ordem. Designam “anciãos” (presbíteros), lideranças responsáveis pela animação da comunidade, tendo em vista a fidelidade ao evangelho aí anunciado. Em cada Igreja, estabelecem uma estrutura básica para assegurar a perseverança no caminho de Jesus.

Esse cuidado expresso pelos missionários revela profunda convicção da verdade anunciada, Jesus Cristo, o Salvador. Em vista desse anúncio, enfrentam todo tipo de tribula-

ção. Atentando para a experiência vivida ao longo dessa primeira viagem, Paulo e Barnabé preocupam-se com os novos convertidos, a fim de que se mantenham fiéis à verdade, que, de agora em diante, deve governar a vida da comunidade. Os recém-convertidos, certamente, ainda necessitam de uma catequese mais profunda, e, além disso, sua adesão ao novo caminho deve ter provocado incompreensões e até cisões na própria família. Igualmente, num mundo onde proliferavam doutrinas e filosofias diversas, como era o greco-romano, faziam-se necessárias orientações claras para que o evangelho não fosse deturpado ou manipulado.

Viver na fidelidade a Jesus Cristo é como “remar contra a corrente” das ideologias dominantes. A fidelidade à Verdade pode provocar tribulações. O sofrimento, porém, longe de levar ao desânimo, deve tornar o discípulo ainda mais fortalecido em sua opção pelo reino de Deus. Para isso, a oração em comum e a solidariedade fraterna são fundamentais.

3. II leitura (Ap 21,1-5a): Um novo céu e uma nova terra

Este texto tem ligação com os primeiros capítulos do Gênesis. Refere-se a uma nova criação. É o anúncio da era messiânica. A antiga ordem, alicerçada no mal, passará. O mar, morada do dragão da maldade, vai desaparecer. Não se trata, logicamente, do mar físico, mas do símbolo do caos construído pelos que seguem o projeto de Satanás – que, no caso das comunidades do Apocalipse, se refere ao império romano.

Esta nova ordem social – o novo céu e a nova terra – é fruto da intervenção divina. O Criador de todas as coisas, conforme descrito no início do primeiro livro da Bíblia, é também aquele que renova todas as coisas, conforme descreve o último livro. Ambos os relatos não se opõem, mas completam-se. O relato do Gênesis revela o rosto de Deus criador,



que convive com suas criaturas e dialoga com o ser humano; do mesmo modo, o Apocalipse resgata essa feliz realidade da presença de Deus que recria e transforma.

A tenda definitiva nesta cidade santa – a Jerusalém nova – relembra a ação de Javé na caminhada do êxodo, conduzindo o povo de Israel para longe da escravidão do império egípcio. Agora, as comunidades cristãs, em meio à violenta opressão do império romano, iluminadas pela manifestação de Deus na tradição judaico-cristã, vislumbram a certeza da libertação definitiva.

O mundo sem males sempre motivou a caminhada do povo de Deus, sobretudo em contextos sociopolíticos caracterizados pelo autoritarismo, pela escravidão e pela exclusão da maioria. A monarquia israelita e os diversos domínios externos (babilônico, persa, grego e romano) são demonstrações mais que suficientes do poder do mal. Apesar de sua força e de suas pretensões, não poderão, porém, impedir a vinda do novo tempo da justiça e da paz. A tradição profética, de maneira especial, levantou continuamente a perspectiva da esperança militante, animando o povo à fidelidade à aliança (cf., por exemplo, Jr 31,31-34 e Is 65,17-25). Mas, sempre que essa fidelidade é rompida, Deus demonstra sua justiça e sua misericórdia, oferecendo gratuitamente a salvação. A expressão máxima da salvação divina revelou-se em seu Filho, Jesus Cristo, o Cordeiro que tira o pecado do mundo.

III. Pistas para reflexão

Jesus, antes de formular o estatuto da nova comunidade – o mandamento do amor –, viveu exemplarmente. O lava-pés caracteriza-se como a atitude-síntese de toda a vida de Jesus: ele veio para servir e não para ser servido. Seu testemunho de vida se dá junto à pequena comunidade constituída pelos apóstolos; eles deverão viver esse manda-

Como fazer um planejamento pastoral, paroquial e diocesano

José Carlos Pereira



A grande demanda da Igreja hoje é para a renovação das estruturas de nossas paróquias, de modo a passar de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária. No entanto, muitos padres e bispos esbarram na dificuldade de fazer tal planejamento em suas dioceses e paróquias. A proposta deste livro é ajudar dioceses e paróquias, com indicações práticas, a elaborar o seu planejamento pastoral, de modo a permitir novas inspirações para a ação missionária.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





mento como condição para serem reconhecidos como seguidores de Jesus. Como fez o Mestre, os discípulos são chamados à opção radical pelo amor até a extrema fidelidade: dar a vida por quem se ama. Nisso consiste a glória de Deus.

Paulo é um dos que optaram por esse amor radical. Como discípulo missionário, põe-se a serviço da organização e da animação de comunidades cristãs. Participa de uma comunidade concreta – Antioquia da Síria – e é enviado com Barnabé para a missão. Ambos enfrentam todo tipo de conflitos e tribulações, mas não se deixam abater, pois são movidos por profunda convicção de fé. O sofrimento por causa da fidelidade ao evangelho pode ser importante fator que nos faz sair da superficialidade e entender o verdadeiro significado do seguimento de Jesus.

As comunidades do Apocalipse dão seu

testemunho de fé e esperança no meio da opressão do império romano. Ligando a realidade com a Sagrada Escritura, professam sua fé na presença permanente e dinâmica de Deus, que fez sua tenda no meio de nós e renova todas as coisas.

Enfrentamos hoje muitos desafios. Também nós, como discípulos missionários de Jesus, somos convidados a manter a fidelidade ao mandamento do amor em forma de solidariedade e apoio mútuo, em serviços concretos a partir da nossa comunidade de fé. A certeza da presença de Deus em nosso meio nos faz colaborar com sua graça na construção de um mundo justo e fraterno.

Ao refletir sobre o amor como o estatuto da comunidade, podem-se recordar as prioridades pastorais na paróquia, pois são expressões concretas do nosso amor diante dos desafios da realidade em que vivemos...



São José, o lírio de Deus

Resgatando a devoção na piedade popular

Padre Jerônimo Gasques

O livro procura resgatar a piedade popular sobre uma devoção que se enfraqueceu ao longo dos séculos, mas que vem se recuperando. É um trabalho de escavação em busca daquilo que é mais original e simples no modo de prestar culto ao guarda do Redentor. (136 páginas)

PAULUS,
dá gosto de ler!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.

vida pastoral *indica*

Cardeal
Dom Cláudio Hummes



Ano Santo da Misericórdia Um jubileu extraordinário



ANO SANTO DA MISERICÓRDIA

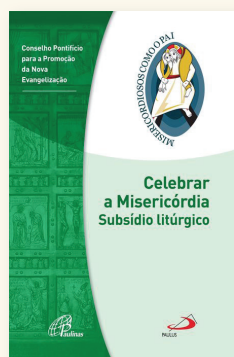
Um jubileu extraordinário

Dom Cláudio Hummes

Cardeal Dom Cláudio Hummes, neste pequeno livro, comenta o Ano Santo da Misericórdia, proclamado pelo Papa Francisco, e o faz com profundidade e riqueza. O autor, em poucas linhas, define o que vem a ser o Ano da Misericórdia, fala sobre Francisco como o papa da misericórdia e, nos tópicos seguintes, desenvolve esse tema. Dom Hummes nos alerta para a urgência da misericórdia num mundo cheio de conflitos: migrações em massa de países desmoronados economicamente, aumento da fome e da miséria, abandono de milhões de pessoas vítimas de um sistema econômico mundial e um sistema que abandona milhões à própria sorte. Em suma, o autor, junto do Papa Francisco, nos alerta para a urgente necessidade da misericórdia em todos os aspectos no mundo contemporâneo.



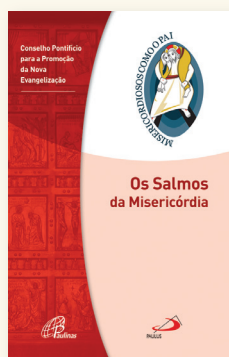
Nomeada com o lema do Jubileu da Misericórdia, a coleção **Misericordiosos como o Pai** nasceu do esforço da Igreja em orientar os fiéis na celebração do Ano Santo. Convocado pelo Papa Francisco para ser “uma experiência viva da proximidade do Pai” e “um convite a receber o amor e o perdão”, o Jubileu atenta para a necessidade de refletirmos: vivemos, de fato, de acordo com os valores cristãos? Compreendemos e abraçamos o verdadeiro significado da Misericórdia de Deus? Estes livros pretendem nos guiar nessas reflexões, a fim de que aceitemos o perdão divino com o coração tranquilo e preparado para recebê-lo.



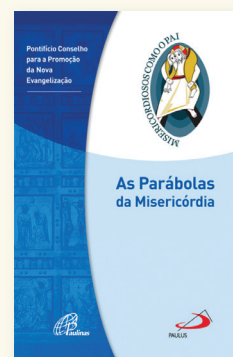
Celebrar a Misericórdia
Subsídio litúrgico
Conselho Pontifício
para a Promoção
da Nova Evangelização



A Confissão
Sacramento da Misericórdia
Conselho Pontifício
para a Promoção
da Nova Evangelização



Os Salmos da Misericórdia
Conselho Pontifício
para a Promoção
da Nova Evangelização



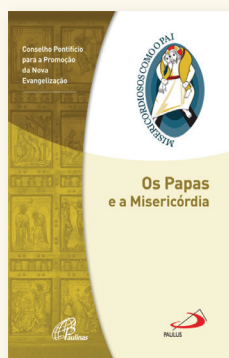
As Parábolas da Misericórdia
Conselho Pontifício
para a Promoção
da Nova Evangelização



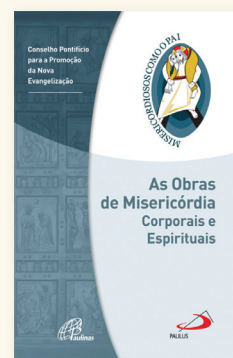
Os Padres da Igreja e a Misericórdia
Conselho Pontifício
para a Promoção
da Nova Evangelização



Os Santos e a Misericórdia
Conselho Pontifício
para a Promoção
da Nova Evangelização



Os Papas e a Misericórdia
Conselho Pontifício
para a Promoção
da Nova Evangelização



As Obras de Misericórdia Corporais e Espirituais
Conselho Pontifício
para a Promoção
da Nova Evangelização

PAULUS,
dá gosto de ler!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br



vida pastoral *indica*



Ninguém escapa da misericórdia

Uma despretenhiosa entrevista com Deus

Augusto César Pereira

Como alerta o subtítulo deste livro, sua base é uma metafórica entrevista com Deus, tratando de algumas dúvidas que possam ocorrer na mente de alguns cristãos, como a razão por que as desgraças afligem os filhos de Deus, o prêmio ou a punição de acordo com os atos praticados etc., tentando explicar a diferença entre o "pensamento" de Deus e o dos seres humanos.

96 págs.

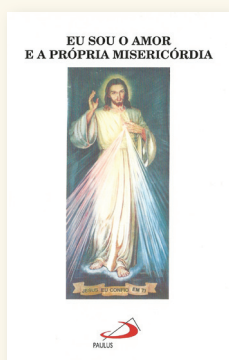
A Eucaristia

Jesus Cristo se faz alimento para uma refeição espiritual na Igreja

Luiz Antonio Miranda

Este trabalho teológico, bíblico e sacramental é resultado de anos de estudo e meditação. Trata-se de um companheiro espiritual de todos aqueles que têm como meta refletir sobre o Sacramento eucarístico e rezá-lo, pois a Eucaristia é alimento vivo para cada cristão que se reúne com outros, incluindo sacerdote, para alimentar-se com a Palavra de Deus. O livro orienta o leitor a aprofundar a compreensão do que significa de fato alimentar-se na refeição eucarística, de maneira a viver melhor o que celebramos na Liturgia.

146 págs.



Eu sou o amor e a própria misericórdia

B. Rychlowski

A vida dos santos sempre foi um exemplo a ser seguido, devido à abundância de suas virtudes e preciosidade de suas lições. A vida da bem-aventurada Irmã Faustina, apóstola da misericórdia de Deus, narrada neste livro, oferece uma série de exemplos concretos de como Deus age em meio à humanidade e nos chama para a prática da caridade e da piedade.

136 págs.

Diaconia da Palavra

O ministério e a missão do diácono permanente

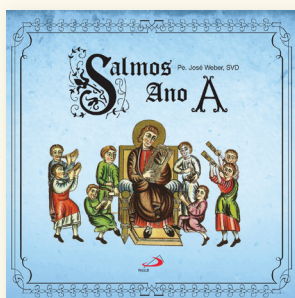
Julio Cesar Bendinelli

Este livro propõe ao leitor uma instigante reflexão sobre o serviço do diácono permanente e o sentido específico de seu ministério da Palavra no campo da evangelização para a formação dos discípulos missionários de Jesus Cristo, à luz do Concílio Vaticano II e dos documentos do magistério pós-conciliar. *Diaconia da Palavra* é um imprescindível subsídio, muito bem-elaborado, para todos aqueles que se envolvem com o ministério diaconal e querem mergulhar na essência desse ministério, que une os sacramentos do batismo, do matrimônio e da ordem.

248 págs.



vida pastoral indica



CD - Salmos Ano A

PAULUS Música

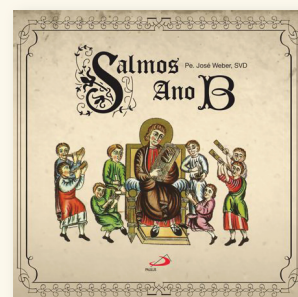
Os Salmos fazem parte da vida diária de todo cristão. Seus textos inspiraram desde sempre compositores a musicá-los e, desta forma, somos inspirados a cantá-los. Padre José Weber musicou a série trienal dos Salmos para o calendário litúrgico com o objetivo de oferecer às paróquias e comunidades rico acervo que contempla todos os Domingos do ano. Neste projeto, música e texto formam um todo coerente, harmonioso e agradável de ouvir e cantar.

52 faixas

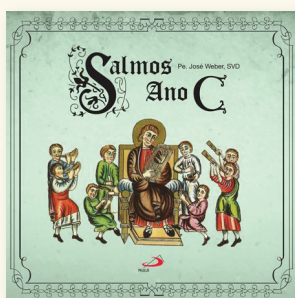
CD - Salmos Ano B

PAULUS Música

O CD Salmos Ano B traz 71 faixas musicadas pelo Padre José Weber, com o objetivo de oferecer às paróquias e comunidades um acervo que contempla todos os Domingos do ano. Este álbum apresenta canções para ocasiões como os Domingos da Quaresma, Domingo de Ramos, Sexta-feira Santa, Domingos da Páscoa e muitos outros.



71 faixas



CD - Salmos Ano C

PAULUS Música

O terceiro álbum de Salmos da PAULUS apresenta 61 faixas musicadas pelo Padre José Weber, a fim de oferecer às paróquias e comunidades rico acervo que contempla todos os Domingos do ano. Este CD traz canções que celebram ocasiões como Corpus Christi, Assunção de Nossa Senhora, Exaltação da Santa Cruz, Domingos do Advento e muitos outros.

61 faixas

PAULUS,
dá gosto de ouvir!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br

